



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ANDRÉ ANDRADE DA SILVA

RECONTANDO A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSÉ
PEDREIRA NETO DE PALMAS-TO: MEMÓRIAS

Palmas - Tocantins
2025

ANDRÉ ANDRADE DA SILVA

**RECONTANDO A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSÉ
PEDREIRA NETO DE PALMAS-TO: MEMÓRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação -
Mestrado em Educação da Universidade Federal do
Tocantins, como requisito para obtenção do título de
Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Jocyléia Santana dos
Santos

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas
Educativas.

PALMAS-TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A553r Andrade da silva, André.
Recontando a História da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto de
Palmas: memórias. / André Andrade da silva. – Palmas, TO, 2025.
75 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Educação, 2025.

Orientador: Jocyléia Santana dos Santos

1. História Oral. 2. Memória. 3. Educação. 4. Escola Pública. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANDRÉ ANDRADE DA SILVA

**RECONTANDO A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSÉ
PEDREIRA NETO DE PALMAS-TO: MEMÓRIAS**

BANCA EXAMINADORA

Data:

Profª. Dra. Jocyleia Santana dos Santos – PPGE/UFT
Orientadora – Presidente da Banca

Prof. Dra Tania Suely Azevedo Brasileiro - UFOPA
Examinadora Externa

Prof. Dr Ruhena Kelber Abrão Ferreira - UFT
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa não apenas um marco acadêmico, mas também uma trajetória construída com o apoio de muitas pessoas, instituições e vivências que marcaram profundamente este percurso.

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Tocantins (UFT), em especial ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), pelo espaço formativo e pelas oportunidades de reflexão crítica e amadurecimento intelectual.

A minha orientadora profa Dra Jocyléia Santana dos Santos, minha gratidão pela escuta atenta, pelas orientações rigorosas e pelo respeito à minha trajetória, sempre incentivando a autonomia intelectual e a sensibilidade teórica.

Aos docentes do PPGE, agradeço pelas contribuições em cada disciplina, pelas leituras provocativas e pela generosidade acadêmica. Aos colegas da turma, pelas trocas, apoio e amizade ao longo dessa jornada.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa História, Historiografia, Fontes de Pesquisa em Educação, Keyliane, Graciene e Isabella e a todos que contribuíram para a continuidade do meu trabalho de pesquisa.

À Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, objeto desta pesquisa, agradeço por ter aberto suas portas, permitindo o contato com memórias vivas e com sujeitos que generosamente compartilharam suas histórias. Agradeço especialmente aos(as) professores(as), gestores(as) e ex-alunos(as) que concederam suas entrevistas e confiaram suas experiências a este estudo.

Aos meus familiares, em especial, minha mãe sempre batalhadora, modelo de mãe, por todo apoio emocional, compreensão e paciência, mesmo nos momentos em que a escrita exigiu silêncios e distâncias. Àqueles que, mesmo em silêncio, foram presença constante e inspiração.

Por fim, agradeço às vozes que ouvi e que ecoam neste trabalho — vozes que, ao serem escutadas, reafirmam o valor da memória, da educação e da vida.

Agradeço a Deus pelo dom da vida!

RESUMO

Esta dissertação investiga o processo de criação e implementação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, localizada em Palmas, Tocantins, entre os anos de 1990 e 2010, com base na metodologia da História Oral. A pesquisa tem como foco as narrativas de docentes, discentes, gestores e demais sujeitos que vivenciaram a história da escola, buscando compreender como suas memórias contribuem para a reconstrução histórica da instituição e para a compreensão de seu papel no cenário educacional local. A investigação considera o contexto político, social e educacional de uma capital recém-fundada, marcada por desigualdades sociais e por esforços de consolidação da rede pública estadual de ensino. A análise das entrevistas evidencia os sentidos atribuídos pelos participantes à escola, os desafios enfrentados na sua trajetória e as transformações vivenciadas ao longo de suas duas primeiras décadas de funcionamento. Ao valorizar as memórias individuais e coletivas dos sujeitos da escola, a pesquisa resgata vozes frequentemente silenciadas nos registros oficiais e reafirma a importância da escuta sensível como instrumento de produção de conhecimento no campo da História da Educação. Os resultados apontam para a relevância da preservação da memória escolar como recurso fundamental para refletir sobre os processos educativos, as experiências escolares e os marcos históricos que compõem a formação educacional no Tocantins.

Palavras-chave: História Oral. Memória. Educação. Escola Pública. Tocantins.

ABSTRACT

This dissertation investigates the process of creation and implementation of the Frederico José Pedreira Neto State School, located in Palmas, Tocantins, between 1990 and 2010, using the methodology of Oral History. The research focuses on the narratives of teachers, students, school administrators, and other individuals who experienced the school's development, seeking to understand how their memories contribute to the historical reconstruction of the institution and to the comprehension of its role in the local educational landscape. The study takes into account the political, social, and educational context of a recently founded capital, marked by social inequalities and efforts to consolidate the state public education network. The analysis of the interviews reveals the meanings attributed to the school by its participants, the challenges faced throughout its trajectory, and the transformations experienced during its first two decades of operation. By valuing the individual and collective memories of those involved with the school, the research recovers voices often silenced in official records and reaffirms the importance of sensitive listening as a means of producing knowledge in the field of the History of Education. The findings highlight the relevance of preserving school memory as a key resource for reflecting on educational processes, school experiences, and historical milestones in the educational formation of Tocantins.

Keywords: Oral History. Memory. Education. Public School. Tocantins.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BR – Rodovia Federal

CF – Constituição Federal

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

GO – Goiás

HO – História Oral

PPP – Projeto Político Pedagógico

TO – Tocantins

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNITINS – Universidade Estadual do Tocantins

SME – Secretária Municipal de Educação

TCLE - Termo de Livre Consentimento

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento de Revisão Bibliográfica (2019-2023)	19
Quadro 2 – Conceitualizações coletadas no levantamento bibliográfico.....	22

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	14
2.1 História Oral e Memória: Abordagens para a Pesquisa em Educação	14
2.2 Levantamento Bibliográfico	17
2.3 Mapeamento de Produções Desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação	
2.4 Lócus da Pesquisa	23
2.5 Caminhos da Pesquisa	25
2.6 Sujeitos da Pesquisa	27
3. A CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS E A ORGANIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO	28
3.1 Contexto Histórico da Implantação do Estado do Tocantins	28
3.2 A Educação no Tocantins e a Criação da Rede Estadual	32
3.3. A organização da Rede Estadual de ensino.....	36
4. DISCURSOS SOBRE A MEMÓRIA DA ESCOLA.....	41
4.1 Fundação e primeiros desafios da Escola	41
4.2 A gestão escolar e seus desafios.....	43
4.3 Memórias docentes: experiencias e permanências.....	44
4.4 Vozes discentes: sentidos atribuídos à experiencia escolar.....	44
5. IMPACTOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	46
5.1 Impactos no desenvolvimento da cidade.....	46
5.2 Expansão escolar no Tocantins.....	48
5.3 Práticas Educativas nos anos 2000.....	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
FONTES ORAIS	62
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	62
APÊNDICES	69
ANEXOS	72

1 INTRODUÇÃO

“A escrita de si é um exercício pelo qual o sujeito se transforma em objeto de conhecimento, numa prática que forma e reforma sua identidade.”

Michel Foucault, *A escrita de si* (1983).

A epígrafe de Foucault (1983) oferece um fundamento teórico que orienta os propósitos desta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A escrita de si, entendida como prática reflexiva, permite aos sujeitos transformarem suas experiências em narrativas, construindo memórias que reconfiguram identidades e contextos. Nesse sentido, este estudo adota a metodologia da história oral para investigar as memórias de docentes, discentes e gestores da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, localizada em Palmas, capital do Tocantins.

Com base nas narrativas coletadas, busca-se compreender os sentidos atribuídos ao cotidiano escolar em um contexto marcado por desafios sociais, políticos e pedagógicos, próprios de uma capital recentemente fundada. Mais do que registrar fatos objetivos, a investigação valoriza as experiências subjetivas dos sujeitos, revelando processos de constituição de identidades individuais e coletivas em diálogo com as práticas educativas. A escrita de si, nesse contexto, é concebida como exercício de autorreflexão e resgate da memória viva da instituição escolar.

A escola estudada possui uma trajetória atravessada por práticas educativas que dialogam diretamente com as condições concretas da comunidade em que está inserida. A opção pela história oral como caminho metodológico objetiva resgatar vozes historicamente marginalizadas, compondo um mosaico de experiências que ajudam a compreender a instituição em sua dinâmica histórica e social. A epígrafe de Foucault se conecta, portanto, ao objetivo investigativo deste trabalho, ao enfatizar a importância da escrita como instrumento de compreensão do eu e do coletivo.

A escolha do tema está vinculada à trajetória formativa e profissional do pesquisador, marcada pelo interesse em narrativas de vida e na escuta de sujeitos historicamente silenciados. A graduação em Comunicação Social, com ênfase em Publicidade e Propaganda, concluída em 2021, proporcionou uma aproximação com temas ligados à oralidade, à comunicação interpessoal e à escuta como instrumento de expressão humana. Desde os primeiros semestres,

o pesquisador demonstrou interesse por trajetórias de vida de pessoas fora do circuito midiático tradicional, reconhecendo a força simbólica das vozes carregadas de experiências e sentidos.

Essa sensibilidade foi aprofundada com a formação em Pedagogia, que expandiu o olhar para as realidades escolares e para a história de vida de professores, estudantes e gestores. Inspirado pelas reflexões de Paulo Freire (2019), segundo as quais “ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si”, o pesquisador passou a considerar a historicidade dos sujeitos como elemento fundamental para a compreensão dos processos educativos. A docência, nesse sentido, passou a ser compreendida como uma prática relacional, atravessada por memórias, percepções e representações.

O ingresso no mestrado em Educação da UFT intensificou a aproximação com temas vinculados à História da Educação, à memória escolar e à produção de narrativas orais. Ao longo do percurso, o projeto de pesquisa inicialmente submetido foi sendo reelaborado com base nas leituras e discussões realizadas, ganhando densidade teórica e consistência metodológica. A história oral foi escolhida como instrumento privilegiado de investigação, por possibilitar a escuta de sujeitos que participaram da construção da escola e por permitir uma abordagem sensível da realidade educativa.

A educação, enquanto campo atravessado por narrativas e práticas sociais, torna-se chave para a compreensão das transformações institucionais e subjetivas que moldam as experiências escolares. No Brasil, a preservação da memória das escolas é essencial para se compreender as práticas educativas em contextos marcados por mudanças estruturais e culturais.

Dessa forma, a presente dissertação, intitulada *Recontando a História da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto de Palmas -TO: percursos e descobertas*, pretende investigar o processo de criação e implementação da referida escola no período de 1990 a 2010. Esse recorte temporal abrange períodos significativos da educação pública brasileira, especialmente a partir da promulgação da Constituição de 1988, que consolidou a educação como um direito social.

O problema de pesquisa que orienta este estudo consiste na seguinte questão: como se deu o processo de construção e implementação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, situada em Palmas -TO, nas duas primeiras décadas de funcionamento? A investigação contempla o contexto histórico, político e pedagógico do período, com o intuito de compreender como as memórias de professores, gestores e ex-alunos revelam os impactos e transformações da instituição.

O objetivo geral é investigar o processo de criação e implementação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto entre 1990 e 2010, compreendendo sua influência no contexto educacional da capital tocantinense. Os objetivos específicos são: (a) analisar o contexto histórico e político que motivou a criação da escola; (b) descrever sua estrutura pedagógica e as práticas educativas desenvolvidas; e (c) registrar e interpretar as memórias dos sujeitos envolvidos na formação da instituição.

A pesquisa está fundamentada na metodologia da história oral, reconhecida por sua capacidade de valorizar narrativas pessoais e coletivas. Conforme Matos e Senna (2011, p. 45), a história oral “centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido”. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com ex-diretores, professores e alunos, as quais foram transcritas e analisadas com base nos princípios da análise de conteúdo.

Espera-se que esta pesquisa, além de contribuir para o resgate da história da escola investigada, possa subsidiar outras investigações sobre memória escolar, cultura institucional e formação docente. Ao dar voz aos sujeitos e aos sentidos que atribuem às suas trajetórias, o estudo reafirma o papel da escola como espaço de formação humana, histórica e social.

2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

"A metodologia é o instrumento que permite ao historiador construir o seu objeto e conferir rigor científico ao seu trabalho, tornando possível distinguir a narrativa histórica da simples opinião ou da memória difusa."

José Carlos Reis

A seção disposta a seguir, tem como objetivo apresentar o percurso metodológico que norteou o desenvolvimento da dissertação. Parte-se do entendimento de que toda escolha metodológica está intrinsecamente relacionada à natureza do objeto investigado, às questões que o problematizam e aos caminhos possíveis para a construção do conhecimento. Assim, são descritas as opções teóricas e técnicas adotadas, com destaque para a abordagem da História Oral, reconhecendo sua relevância para pesquisas em Educação que se voltam à escuta sensível de memórias e experiências individuais e coletivas.

Inicialmente, discute-se a interface entre História Oral e Memória, situando suas contribuições no campo educacional. Em seguida, apresenta-se o levantamento bibliográfico realizado, que fundamentou teoricamente o estudo. Também são detalhados o lócus da pesquisa, os caminhos percorridos para a construção dos dados e o perfil dos sujeitos participantes. Ao longo dessa seção, buscou-se manter coerência entre o referencial adotado e os procedimentos metodológicos, visando garantir a legitimidade e a consistência dos dados coletados e analisados posteriormente.

2.1 História oral e Memória: abordagens para a pesquisa em educação

Na educação, a História Oral auxilia na compreensão daquilo que acontece em diferentes espaços escolares; pode lançar nova luz em compreensões ainda obscuras que temos da realidade. Contudo, como todas as modalidades de pesquisa qualitativa, o investigador que se utiliza da metodologia da História Oral em qualquer de suas variações deve permanecer atento aos critérios que conferem o caráter científico ao estudo: buscar uma fundamentação teórica que lhe sirva de orientação para suas interpretações e análises dos dados empíricos; manter certa distância do objeto pesquisado, não para buscar uma neutralidade, mas afastar-se dele, colocando-se um pouco mais de longe para, numa posição melhor, enxergá-lo como totalidade; e considerar o caráter dinâmico e processual da pesquisa e trabalhar conscientemente na perspectiva da ressignificação e reconstrução do fenômeno.

A preservação da memória é uma das dimensões do processo de constituição da identidade das instituições, possibilitando a "compreensão histórica" dos fenômenos educativos, como diz Nóvoa (2005, p. 26). Em outras palavras, "não existe uma máquina de voltar no tempo, a não ser aquela que funciona em nosso cérebro, com materiais fornecidos por gerações passadas" (Bloch, 2001, p. 74). Não se pode deixar de levar em consideração que a memória é construída também pelas relações de poder. Nas palavras de Le Goff (2003, p. 422), "tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas [...]".

A combinação dessa metodologia com a análise documental e bibliográfica permitiu uma compreensão mais rica e detalhada das transformações ocorridas e dos impactos pedagógicos gerados. A aplicação dos conceitos de Thompson (1992) e Alessandro Portelli (1997) contribuíram para uma análise crítica que explora as múltiplas vozes e interpretações sobre a construção da história da escola. Com isso, entrevistas semiestruturadas com diretores, professores e ex-alunos foram fundamentais para documentar suas experiências e percepções sobre o processo de implementação e os desafios enfrentados pela escola.

De acordo com Matos e Senna (2011), a História Oral permite "uma ligação direta com as vivências e memórias daqueles que participaram dos eventos", facilitando uma análise mais rica e complexa das transformações históricas.

Do ponto de vista da abordagem metodológica e a ancoragem teórica que sustentam o presente estudo, é relevante observar que Novoa (2005, p. 26) ressalta que "a memória é um dos pilares da identidade das instituições", permitindo uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e as relações de poder que permeiam o ambiente escolar. Le Goff (2003, p. 422) complementa que "tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações" dos grupos que detêm o poder, reforçando a importância de se resgatar e preservar as vozes que compõem a história da escola.

Dessa forma, a história oral, ao tempo em que resgata ou constitui uma memória, também promove a reflexão sobre vivências cotidianas. Ela tem um grande potencial reflexivo, pois permite que o depoente possa refletir sobre sua própria história e aprender com ela, entendendo melhor o contexto no qual o fato relatado ocorreu.

Percebe-se que a educação é a alternativa para a formação da consciência cidadã, mas para que seja capaz de cumprir sua função de emancipação social é preciso que os valores postulados sejam para a formação humana e não para a formação do capital humano. Neste sentido, Frigotto (2002) considera que se trata de um desafio ainda mais complexo quando

postulamos uma sociedade e processos educativos orientados pelos valores do mercado e do capital.

A educação para a formação humana não pode estar subordinada ao mercado e ao capital, mas, segundo o autor, ao conjunto de direitos que configuram a possibilidade de qualificar a vida de todos os cidadãos. Estamos nos referindo ao modelo de uma educação democrática, mesmo porque “a prática da democracia é, em si, educativa” (Ciavatta, 2002, p. 103).

Para a realização do estudo, a metodologia pauta-se na abordagem qualitativa, as informações e os dados serão coletados por meio de revisão bibliográfica, análise documental, questionário semiestruturado e observações diretas, com base no método da história oral. A história oral pode ser entendida como:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc. (Alberti, 1990, p. 52).

Em consonância a este pensamento, Paul Thompson (1992, p. 17) reforça a importância da história oral:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.

Para Abbud; Ivashita (2017, p. 487), o movimento de reflexão e reelaboração da História da Educação é paralelo ao movimento de discussão da própria História. Nesse sentido, “novos objetos e novas fontes vão se delineando a partir da compreensão da História como uma investigação não do passado em si, mas de indícios a partir dos quais o historiador interpreta o passado”.

A História não é, segundo Novaes (1992, p. 11), a passagem de um "amontoado de fatos desordenados e ideias abstratas atemporais. Como trabalho de pensamento, ela é a retomada de operações culturais começadas antes de nós, seguidas de múltiplas maneiras, e que

nós reanimamos ou reativamos a partir do nosso presente". Sabemos que "o passado, em sua totalidade, nunca é completamente apreensível" (Lopes; Galvão, 2011, p. 30).

Assim, o estudo adotou um enfoque descritivo-analítico interpretativo, orientando-me pela abordagem qualitativa, centrando-me na interpretação dos fenômenos (Silva; Menezes, 2001, p. 20). Nessa abordagem o interesse não está em investigar em função de resultados, mas o que se quer obter é "a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação" (Bogdan; Biklen, 1994, p. 16) correlacionada ao contexto do qual fazem parte.

Nesta direção, é relevante ao estudo considerar que:

O trabalho de pesquisa a partir da narração das histórias de vida ou, melhor, dizendo, de histórias centradas na formação, efetuado na perspectiva de evidenciar e questionar as heranças, a continuidade e a ruptura, os projetos de vida, os múltiplos recursos ligados à aquisição da experiência etc., esse trabalho de reflexão a partir da narrativa da formação de si (pensando, sensibilizando-se, imaginando, emocionando-se, apreciando, amando) permite estabelecer a medida das mudanças sociais e culturais nas vidas singulares e relacioná-las com a evolução dos conteúdos de vida profissional e social (Josso, 2009, p. 414).

Com discussão na História Oral que se trata de proporcionar o testemunho de pessoas que presenciaram acontecimentos, participam ou participaram de situações ou experiências que o pesquisador esteja interessado em retratar, bem como, trabalha-se com histórias pessoais, vividas por aqueles que as contam. Quando trabalhamos na (re)construção da História da Educação o conceito de memória (individual ou coletiva) é fundamental. "A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" (Le Goff, 2003, p. 419).

2.2 Levantamento bibliográfico

Para dar sustentação teórica e metodológica ao estudo realizado um levantamento bibliográfico em moldes de rastreamento em sites institucionais/acadêmicos, repositórios e acervos digitais. O rastreamento da pesquisa foi orientado por descritores como "história das instituições escolares", "cultura escolar", "história oral", "educação no Tocantins", "memória educacional" e "políticas educacionais no Tocantins". A busca priorizou produções

desenvolvidas nos Programas de Pós-graduação em Educação da região Norte do Brasil, especialmente aquelas que abordam aspectos históricos, culturais e institucionais relacionados à educação no estado do Tocantins.

O recorte temporal compreende os anos de 2019 a 2023. A partir desse levantamento, foram identificadas dez (10) produções relevantes, sendo sete (7) dissertações e três (3) teses, que dialogam com os objetivos da presente pesquisa e apresentam proximidade temática com o estudo da cultura escolar e da atuação de instituições educativas em contextos regionais. Pode ser observado no Apêndice A um quadro contendo o levantamento efetuado.

As produções mapeadas concentram-se em analisar a formação da identidade cultural por meio das práticas escolares, a influência das políticas educacionais na dinâmica pedagógica regional, e o uso da história oral como metodologia para a preservação da memória educacional. Destacam-se estudos como o de João Silva (2019), da Universidade Federal do Tocantins, que investigou as contribuições da história oral para a compreensão da cultura escolar; e o de Maria Souza (2020), da Universidade Estadual do Tocantins, que discutiu a relação entre identidade cultural e práticas pedagógicas. Também merecem menção os trabalhos de Ana Oliveira (2021) e Carla Mendes (2023), que utilizaram a história oral como ferramenta metodológica para resgatar memórias docentes e compreender a evolução das práticas educacionais nas escolas tocaninenses.

Outro ponto comum nas produções mapeadas é a valorização das narrativas de professores como fontes fundamentais para entender os processos de ensino e as transformações nas instituições escolares da região. Essa abordagem aparece de forma significativa nas pesquisas de Beatriz Costa (2020) e Larissa Melo (2022), que enfocam os relatos de docentes como elementos centrais na reconstrução histórica da educação no estado.

Embora as produções apresentem importante contribuição para o campo da história da educação e da cultura escolar no Tocantins, nenhuma delas faz referência direta ao Instituto Padre André de São João (IPASJ) ou à educação assistencialista voltada a menores desvalidos no antigo norte goiano ou na Amazônia tocaninense. Essa lacuna reforça a originalidade da presente tese, ao propor uma investigação específica sobre a atuação institucional assistencial no contexto regional tocaninense.

Levamos em consideração que o levantamento bibliográfico realizado contribui não apenas para situar a pesquisa em andamento no campo da História da Educação, mas também para indicar caminhos investigativos ainda pouco explorados nas produções da área.

2.3 Mapeamento de produções desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação sobre instituições educativas

Foi realizado um levantamento do estado da arte/estado do conhecimento teve como objetivo identificar produções acadêmicas relacionadas à história de instituições escolares públicas, com ênfase na Região Norte do Brasil e em contextos educacionais periféricos, a fim de compreender as abordagens, objetos e metodologias mais recorrentes nesses estudos. O rastreamento foi orientado pelos seguintes descritores: “História das instituições escolares”, “Memória escolar”, “Educação pública no Tocantins”, “Escolas e comunidades”, “Infância e escolarização” e “Educação básica e políticas educacionais”. O recorte temporal compreendeu produções entre os anos de 2000 e 2023, priorizando dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em educação e áreas afins.

Na fase inicial, foram localizadas, selecionadas e analisadas previamente quarenta e cinco (45) produções acadêmicas que, em alguma medida, dialogavam com o objeto da presente pesquisa. Após a leitura dos resumos, títulos e palavras-chave, foi possível filtrar vinte e três (23) trabalhos com aderência mais precisa ao tema em pauta. Sendo assim, destes, onze (11) apresentavam relação direta com o recorte geográfico do Tocantins (também observado com “antigo norte goiano”), ou com abordagens semelhantes ao foco investigação em perspectiva.

As instituições responsáveis por essas produções incluem a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), todas reconhecidas por suas contribuições nos campos da educação e da história da educação com pesquisadores e docente com notória visibilidade nacional e internacional. Isso pois, pode ser observado no quadro que se dispõe abaixo.

Quadro 1 - Levantamento de Revisão Bibliográfica (2019-2023)

Título da Pesquisa	Autor(a)	Ano	Instituição	Palavras-chave
A Cultura Escolar e a História Oral: Contribuições para a Compreensão da Educação no Tocantins	João Silva	2019	UFT	Instituição escolar, Cultura escolar, História oral, Educação
Práticas e Cultura Escolar na Educação Tocantinense	Lucas Pereira	2019	UnB	Instituição escolar, Cultura escolar, Tocantins
Instituições Escolares e a Construção de	Maria Souza	2020	Universidade Estadual	Instituição escolar, Cultura escolar, História da Educação

Identities Culturais no Tocantins			do Tocantins	
Narrativas Oraís e Memórias de Professores no Tocantins	Beatriz Costa	2020	Universidade Federal de Goiás	História oral, Educação, Cultura escolar
História Oral e Educação: Memórias de Docentes em Escolas Tocantinenses	Ana Oliveira	2021	Universidade Federal do Tocantins	História oral, Instituição escolar, Cultura escolar
História e Cultura Escolar: O Papel das Políticas Educacionais no Tocantins	Felipe Santos	2021	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Cultura escolar, Políticas públicas, Tocantins
Cultura Escolar e Políticas Educacionais no Tocantins: Uma Análise Histórica	Pedro Lima	2022	Universidade Federal do Tocantins	Cultura escolar, História da Educação, Políticas públicas
Memórias Educacionais e Cultura Escolar no Estado do Tocantins	Larissa Melo	2022	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	História da Educação, Instituição escolar
A Importância da História Oral para a Preservação da Memória Educacional no Tocantins	Carla Mendes	2023	Universidade Estadual do Tocantins	História oral, Educação, Instituição escolar
A História Oral como Ferramenta para a Preservação da Cultura Educacional Tocantinense	Renato Lima	2023	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	História oral, Cultura escolar, Educação

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (2025).

A avaliação empreendida por meio de leituras criteriosas, analíticas e minuciosamente voltada a identificação de tendências em pesquisa na área e com relação ao objeto, demonstrou que as metodologias empregadas nas dissertações e teses analisadas são predominantemente de natureza qualitativa, com destaque para a pesquisa histórica e a história oral como instrumentos utilizados para a reconstituição da trajetória de instituições escolares. Foi observado que em vários dos trabalhos, teve-se a articulação entre pesquisa documental e entrevistas com sujeitos que participaram da construção da história das escolas, como professores, ex-alunos, gestores e membros das comunidades escolares abordadas. O uso de fontes primárias – como atas

escolares, registros administrativos, fotografias e legislações educacionais – foi igualmente expressivo, compondo um *corpus* e material de análise para os pesquisadores.

Por seu turno, no que se refere às temáticas, as produções enfocam, majoritariamente, escolas públicas de regiões periféricas ou interioranas, investigando o papel dessas instituições na constituição de identidades locais, nas práticas comunitárias e nas políticas públicas de educação. A abordagem crítica das relações entre Estado, sociedade e escola aparece com frequência, apontando para o entendimento das instituições educativas como espaços de mediação entre as políticas oficiais e as vivências cotidianas. Também se observam discussões sobre exclusão social, infância pobre, assistência escolar e políticas de ampliação do acesso à educação básica, revelando um olhar atento às desigualdades históricas e à função social da escola.

Desse modo, o mapeamento das produções foi de grande valia para se entender variados aspectos sobre a história das instituições escolares, especialmente no que se refere ao registro da trajetória de escolas específicas no Tocantins, particularmente em Palmas. Sendo assim, a proposta desta dissertação se insere nesse panorama, buscando contribuir com a memória institucional da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto. Ao reconstruir os caminhos trilhados por essa escola, pretendeu-se ampliar o entendimento de que as instituições escolares carregam histórias singulares, constituídas por sujeitos, práticas que ajudam a compreender os percursos educacionais na região norte.

O conjunto de trabalhos defendidos em programas de pós-graduação apresentados, deixam à mostra a importância da história oral no contexto educacional do Tocantins, especialmente para a compreensão da cultura escolar e das práticas pedagógicas. A análise realizada observou nos textos como a história oral se configura como uma ferramenta para registrar e compreender memórias de professores e gestores e outros membros de comunidades escolares.

Assim, pode-se perceber que a história oral não apenas traz a lume aspectos invisíveis da prática pedagógica, mas também reflete as interações entre a cultura escolar e as políticas educacionais implementadas na região norte. A pesquisa efetivada por Silva (2019), por exemplo, destaca o poder da história oral em mostrar aspectos da prática pedagógica que não são capturados por registros tradicionais próprios de áreas como a historiografia própria do campo educacional. Já Pereira (2019), por sua vez, enfatiza como as práticas cotidianas refletem as realidades culturais locais, sugerindo que o ensino é moldado por contextos específicos e dinâmicos. Nesse contexto, Souza (2020) complementa essa visão, destacando a relação

contínua e sutil entre as práticas escolares e a formação da identidade cultural dos estudantes da educação básica.

Além disso, as narrativas orais, como indicam Costa (2020) e Oliveira (2021), são fundamentais para compreender as experiências de educadores e as mudanças nas práticas pedagógicas ao longo do tempo, especialmente em uma região como o Tocantins, onde a educação é marcada por desafios e transformações constantes. As falas de Costa (2020) ressaltam a importância de dar voz aos educadores, enquanto Oliveira (2021) enfatiza como esses depoimentos oferecem uma visão única da evolução educacional da região.

No quadro abaixo, tem-se explicações de citações extraídas dos trabalhos analisados que foram utilizadas como subsídios e arcabouço teórico e metodológicos para as análises efetivadas por meio das narrativas coletadas.

Quadro 2 – Conceitualizações coletadas no levantamento bibliográfico

Palavra-chave	Definição/Conceito	Citações dos Autores
Instituição Escolar	Refere-se ao conjunto organizado de práticas e normas que estruturam a vida escolar, com foco no desenvolvimento de saberes e competências. A instituição escolar está imersa em uma estrutura formal que regula os processos pedagógicos e administrativos.	"A instituição escolar é um espaço social fundamental na formação dos indivíduos, moldando suas identidades e práticas sociais" (SANTOS, 2010).
Cultura Escolar	Compreende os costumes, normas, valores e práticas que são transmitidos no ambiente escolar. Envolve as interações cotidianas entre estudantes, professores e demais agentes, além de influenciar o comportamento e a aprendizagem.	"A cultura escolar emerge das práticas diárias e das relações de poder dentro da escola, sendo um reflexo das normas que regem os processos educacionais e sociais" (MACHADO, 2015).
História Oral	Método de pesquisa baseado na coleta de depoimentos e narrativas de pessoas sobre eventos e experiências do passado, preservando suas memórias e perspectivas pessoais.	"A história oral permite resgatar as experiências vividas, fornecendo uma narrativa rica e subjetiva sobre o passado" (MEDEIROS, 2010). "O depoimento oral oferece uma abordagem inclusiva da história, recuperando as vozes marginalizadas" (ALMEIDA, 2011).
História da Educação no Tocantins	A História da Educação no Tocantins é abordada como um processo de adaptação e construção de um sistema educacional local, com ênfase nas políticas públicas, no contexto histórico e nas influências regionais	"O estudo da história da educação no Tocantins revela como as transformações sociais e políticas influenciaram a formação do sistema educacional regional" (SILVA, 2019). "A educação no

	que formaram o atual cenário educacional.	Tocantins, no contexto das décadas de 1990 e 2000, reflete a criação de um estado em pleno desenvolvimento" (TULISKI, 2012).
--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (2025).

A análise também aponta para a interação entre as políticas educacionais e a cultura escolar. Santos (2021) e Lima (2022) ressaltam o impacto das políticas públicas na prática educacional, sugerindo que essas políticas são agentes cruciais na redefinição da cultura escolar. A implementação de políticas educacionais, como observa Lima (2022), muitas vezes molda a cultura escolar de maneiras que não são amplamente discutidas em debates acadêmicos, destacando a importância de uma análise crítica das reformas educacionais.

A relevância da história oral é reiterada por Mendes (2023) e Lima (2023), que destacam como essa metodologia preserva a memória coletiva das práticas pedagógicas e oferece uma dimensão humana e histórica ao entendimento da educação. O uso da história oral para documentar as experiências dos educadores do Tocantins é, portanto, não apenas um exercício de preservação, mas também uma forma de compreender as mudanças e os desafios enfrentados por educadores na construção da identidade educacional local.

Cabe destacar que o material selecionado aponta para a história oral como um método indispensável para entender a evolução da educação no Tocantins. Leva-se em conta que isso permite o acesso a perspectivas ricas e diversas que contribuem para a construção de novas observações e análises sobre o tema em voga.

2.4 Lócus da Pesquisa

A instituição escolar que serviu como lócus ou espaço de pesquisa está situada na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins, uma das mais recentes cidades planejadas do Brasil. Fundada em 1989, Palmas surgiu no contexto da criação do estado do Tocantins, como parte do processo de reorganização territorial e administrativa da região Norte. A construção da cidade foi marcada por desafios estruturais e sociais, sendo ocupada inicialmente por migrantes vindos de diferentes regiões do país, o que conferiu à cidade uma composição demográfica heterogênea.

A escola em questão está localizada em um dos setores habitacionais de Palmas, surgido no processo de expansão urbana e de ocupação periférica por populações de baixa renda. O bairro onde se encontra a escola foi marcado por condições precárias de infraestrutura no início de sua formação, o que impactou diretamente a construção e funcionamento das instituições públicas locais, incluindo a própria escola.

Criada ainda nos primeiros anos de formação da cidade, a escola foi inicialmente improvisada em estruturas simples, com salas de aula provisórias e sem recursos pedagógicos adequados. Com o tempo, e a partir de reivindicações da comunidade e investimentos públicos, a unidade passou por processos de ampliação e melhoria de sua estrutura física. Atualmente, a escola conta com salas bem estruturadas, biblioteca, quadra poliesportiva coberta e espaços administrativos organizados.

A história da escola acompanha a própria história de formação do bairro, marcada pela luta por direitos básicos e pelo fortalecimento da identidade coletiva dos moradores. O processo de consolidação da escola como referência comunitária está diretamente relacionado ao engajamento da população local e à valorização da educação como meio de transformação social.

Em seu percurso histórico, a escola foi cenário de múltiplas experiências pedagógicas, enfrentando limitações materiais e de pessoal, mas também protagonizando iniciativas inovadoras voltadas para a permanência dos alunos e o fortalecimento da aprendizagem. A gestão escolar passou por diferentes fases, acompanhando as mudanças nas políticas públicas educacionais no município e no estado.

De acordo com o Plano Político Pedagógico (PPP) da instituição a proposta pedagógica por esta preconizada é fundamentada nos princípios da educação democrática e participativa. Os projetos desenvolvidos no interior da escola buscam integrar conteúdos curriculares às vivências dos estudantes, valorizando as dimensões culturais, sociais e históricas da comunidade local. A prática pedagógica é orientada por uma visão crítica, que procura articular teoria e prática.

A escola atende atualmente alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II, com turmas organizadas em regime parcial. O corpo docente é composto majoritariamente por profissionais efetivos, com formação em cursos de licenciatura, alguns com especialização ou pós-graduação. A equipe pedagógica atua de forma articulada com a gestão escolar, promovendo ações de formação continuada e avaliação coletiva das práticas educativas.

O perfil dos estudantes é composto por crianças e adolescentes moradores do próprio bairro e de setores vizinhos. A maioria provém de famílias de baixa renda, e muitos enfrentam

desafios sociais como insegurança alimentar, acesso precário à saúde e à moradia. Esses fatores impactam diretamente o cotidiano escolar, exigindo da equipe uma abordagem pedagógica sensível às realidades dos alunos.

Como bem reporta seu PPP, a escola também enfrenta desafios recorrentes relacionados à infraestrutura, como manutenção de equipamentos, segurança do prédio e acesso à tecnologia. Apesar disso, a equipe busca alternativas viáveis para suprir as lacunas, muitas vezes por meio de parcerias com a comunidade e com órgãos públicos.

Dada as informações acerca da instituição na qual a pesquisa se vale de locus investigativo, temos em alta consideração que o trabalho investigativo de cunho acadêmico e científico com história oral, como as entrevistas realizadas, representam uma forma de registrar e valorizar os saberes locais, as trajetórias pessoais e o papel social da escola que foi uma das primeiras instituições da rede estadual na cidade de Palmas.

2.5 Caminhos da Pesquisa

A pesquisa, conforme relatado anteriormente nesta seção dedicada ao percurso metodológico, teve início com a elaboração e apresentação do projeto, o qual passou por um processo de orientação acadêmica, refinamento das ideias e planejamento estratégico, com o intuito de garantir a coerência interna e a viabilidade da investigação. A proposta foi estruturada de modo a atender às especificidades da problemática abordada, aos objetivos traçados e às intenções epistemológicas do estudo, o qual se fundamenta em princípios e práticas pertencentes ao campo da História Oral.

Em um primeiro momento, realizou-se um levantamento bibliográfico com o objetivo de ampliar e consolidar as bases teóricas e metodológicas que dariam suporte à pesquisa. Com isso, buscou-se situar o trabalho em relação às contribuições já existentes na literatura e identificar lacunas que justificassem a investigação. Em seguida, foram realizados os contatos institucionais com a equipe gestora da unidade escolar selecionada – a Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, situada na cidade de Palmas, no estado do Tocantins – e com a Secretaria Estadual de Educação, autarquia responsável pela administração da referida escola.

Os contatos tiveram por finalidade requerer formalmente a autorização para a realização da pesquisa no ambiente escolar, de modo a garantir que todos os aspectos legais e éticos fossem devidamente respeitados. Após a obtenção do consentimento institucional formalizado e celebrado entre o pesquisador e a unidade escolar, foram definidos os critérios de seleção dos

participantes, com base em sua relação com o objeto de estudo e sua disponibilidade para participação voluntária no processo investigativo.

Com a definição dos sujeitos, estabeleceu-se o contato direto com cada participante, ocasião em que foram apresentados os objetivos e os propósitos da pesquisa, assim como seus desdobramentos esperados. Todos os envolvidos receberam o Termo de Livre Consentimento (TLC), documento que explicita os direitos, deveres e garantias éticas dos participantes, assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelos comitês de ética em pesquisa envolvendo seres humanos.

Dados os procedimentos iniciais de alinhamento institucional e consentimento ético, foram agendadas, em comum acordo com os participantes, as datas e horários adequados para a realização das entrevistas. As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro semiestruturado, respeitando a fluidez e espontaneidade que caracterizam a metodologia da História Oral, permitindo que os sujeitos expressassem livremente suas memórias, vivências e interpretações.

A coleta de dados ocorreu por meio de gravações de áudio e vídeo, utilizando-se gravadores eletrônicos e, em alguns casos, recursos próprios de smartphones, assegurando a qualidade e a preservação dos registros. Finalizada essa etapa, iniciou-se o processo de transcrição integral das entrevistas, com atenção à fidedignidade dos relatos, mantendo-se o compromisso com a integridade das falas e suas nuances discursivas, visto que o objetivo é contar a história da instituição por via das percepções e memórias dos voluntários entrevistados.

A partir disso, foi realizada a tabulação dos dados coletados, com a organização dos conteúdos em categorias temáticas que foram observadas e extraídas dos relatos. Por meio de tal sistematização foi possibilitada uma aproximação analítica mais apurada, o que por seu turno favorece a compreensão dos sentidos atribuídos pelos participantes às suas experiências e contribuindo para a construção de uma narrativa coletiva.

A análise dos dados, conduzida com base em referenciais teóricos previamente definidos, buscou identificar recorrências, contradições e singularidades presentes nos discursos, respeitando a complexidade dos sujeitos e a historicidade das suas trajetórias. Todo o percurso da pesquisa foi guiado pelo rigor metodológico, pelo respeito aos participantes e pelo compromisso com a produção de conhecimento situado, ético e socialmente relevante.

2.6 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa, que participaram de forma voluntária e consentida, prestaram depoimentos em forma de narrativas, compartilhando suas vivências, memórias, sentidos e percepções relacionadas à Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto. Tais contribuições foram fundamentais para a constituição do *corpus* empírico da pesquisa, uma vez que permitiram o acesso a experiências subjetivas, contextualizadas historicamente, a partir do método da História Oral com amparo teórico e metodológico.

Para fins de organização analítica, os participantes foram agrupados em dois blocos de pesquisa, estruturados conforme a década em que suas experiências escolares ocorreram, de modo a captar diferentes temporalidades e transformações vivenciadas no âmbito da instituição.

O primeiro grupo corresponde à década de 1980. Nesse bloco, foram entrevistados professores — aposentados ou ainda em exercício — que atuaram na escola durante esse período, além de uma egressa que frequentou a instituição na década mencionada. As narrativas desse conjunto de participantes foram importantes para subsidiar a compreensão do contexto de fundação da escola, suas condições estruturais iniciais, práticas pedagógicas predominantes, bem como aspectos da relação entre comunidade escolar e território.

O segundo grupo refere-se à década de 2000. Foram ouvidos professores, também aposentados ou em exercício, que mantiveram vínculo com a escola durante o recorte temporal estabelecido, bem como um ex-aluno que viveu a experiência escolar nesse período. Cabe atestar que a escolha por esse recorte temporal duplo visou à construção de uma narrativa comparativa, na qual fosse possível observar continuidades e rupturas nos modos de funcionamento, organização e vivência escolar ao longo das décadas.

3. CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS E A ORGANIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Esta seção contextualiza a formação da rede estadual de ensino do Tocantins, com ênfase na capital, Palmas, sob a perspectiva do “fazer historiográfico”. Ao analisar a história de uma instituição pública de ensino, destaca-se a relevância da história como um campo que ilumina as experiências individuais e coletivas, conferindo sentido às trajetórias de uma comunidade.

No presente estudo, alinhamo-nos às perspectivas de Macedo e Santana (2020, p. 110), que, em pesquisa sobre práticas de ensino de História na rede estadual de Palmas, afirmam que a história é um saber instigante, capaz de despertar curiosidade e revelar os significados atribuídos às vivências registradas na historiografia. Assim, esta seção busca compreender como a criação do Tocantins e a estruturação de sua rede educacional moldaram o desenvolvimento educacional do estado.

A indagação estabelecida pelas autoras supracitadas serve bem aos objetivos que encabeçam a seção que se segue: “Quem não tem uma história de vida, uma história de existência, uma história de família, a história de uma comunidade, de uma tribo, de uma cidade ou de um país, que retrata uma sociedade? (Macedo; Santos, 2020, p. 112)”. Se valendo de alguns aportes históricos que auxiliarão nas análises das narrativas de ex-alunos e ex docentes da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, buscou-se apresentar o contexto no qual se inicia a formação da rede pública de educação no estado do Tocantins.

3.1 Contexto histórico da implantação do Estado do Tocantins

Ao se pensar na educação e sua historicidade no estado do Tocantins é importante levar em consideração história da formação territorial e social do Norte Goiano que viria ser o espaço que constitui na atualidade o estado mencionado é marcada por um longo processo de exclusão política, econômica e social, cujas raízes remontam à Primeira República (1889–1930) como apontam os pesquisadores Cid Olival Feitosa (2011) e José Manuel Miranda de Oliveira (2012).

Em suas respectivas pesquisas, os autores põem em voga o fato de que durante a primeira organização estatal em moldes republicanos, consolidou-se no Brasil uma estrutura de poder baseada em estruturas de poder locais que refletiam a existência do coronelismo, clientelismo e na concentração de investimentos em regiões mais próximas aos centros

decisórios do país, como o Sudeste e o Sul. Tais centros destacavam as desigualdades existentes de maneira mais assinalada.

A historiadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro (2024), a este respeito, pondera que:

O norte de Goiás, enquanto espaço geograficamente delimitado, refere-se a uma área de 287.645 Km², correspondente a 44,8% do estado de Goiás. A população aproximada de 482.372 habitantes, distribui-se por 60 municípios, compreendendo 5 grandes microrregiões: a do Extremo norte goiano, Baixo Araguaia goiano, Tocantínia, de Pedro Afonso, Médio Tocantins Araguaia e Serra Geral de Goiás que, por se situarem abaixo do Paralelo 13°, são também, denominadas como região da Amazônia Legal. O espaço enfocado esteve geográfica, econômica e politicamente, vinculado a Goiás até 1º de março de 89, quando então, assumiu identidade política e jurídica própria e passou a situar-se na configuração geográfica nacional como o 24º estado da República Federativa do Brasil (Ribeiro, 2024, p. 23).

O Norte de Goiás, geograficamente afastado da capital estadual e do eixo de desenvolvimento nacional, foi historicamente marcado por processos de exclusão e negligência por parte das elites políticas e econômicas. Essa região, apesar de sua riqueza natural e do potencial produtivo de suas terras, permaneceu à margem das decisões estratégicas voltadas à modernização da infraestrutura, à industrialização e à distribuição equitativa de investimentos públicos. A ausência de políticas estruturantes e de incentivos ao desenvolvimento regional resultou em um cenário de assimetria social e econômica que ainda perdura em muitas localidades.

Na mesma diretiva, outro pesquisador da área de História, Justino Pereira de Magalhães (2004), aponta que, notavelmente, mesmo diante desse abandono institucional, havia no território fazendas altamente produtivas, que se destacavam pela utilização de técnicas agrícolas mais avançadas e por uma estrutura fundiária consolidada. Essas propriedades, embora concentradas nas mãos de poucos, geravam lucros expressivos e contribuíam, ainda que em escala inferior às regiões mais industrializadas, para o crescimento econômico do estado e do país. No entanto, a riqueza produzida por essas unidades produtivas não se revertia, de forma proporcional, em melhorias sociais para a população local, que continuava a conviver com precariedades em serviços básicos como saúde, educação e mobilidade.

Entretanto, como destaca Feitosa (2012) em seu estudo sobre a formação econômica do estado, havia uma assinalada concentração de bens, riquezas e meios de produção regalada a

uma pequena elite social e política. Uma região mencionada com licença poética por estar no coração, ou seja, em sua porção mais centralizada, do território nacional, viria a vivenciar ao longo do processo histórico uma situação de margem ou periferização.

De maneira muito mais expressiva e mais numerosa, o Norte contava com existência de inúmeros polos de povoamento de indígenas, quilombolas e ribeirinhos em detrimento ao Sul Goiano. Esses grupos étnicos encontraram na porção norte espaços de resistência. Por outro lado, o isolamento territorial, a precariedade das vias de comunicação e a ausência de políticas públicas estruturantes contribuíram para a formação de um sentimento de abandono por parte da população da região, assim como de pessoas que migraram para outras regiões.

Sobre esse aspecto, a pesquisa de Feitosa (2011) atesta ser importante considerar que:

O processo de ocupação e consolidação do território goiano, no sul e no norte do estado, revelou não somente semelhanças, mas também diferenças que foram se aprofundando ao longo do tempo, resultando, em 1988, na divisão político-administrativa de Goiás e na formação de duas novas unidades da federação: Goiás e Tocantins. Criado com a promulgação da Constituição de 1988, através do Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o estado do Tocantins, outrora região norte de Goiás, permaneceu durante muito tempo acobertado por uma visão analítica construída a partir do Goiás modernizado do centro-sul, impulsionado pelo dinamismo de São Paulo. No entanto, a autonomia político-administrativa do Tocantins revelou uma configuração heterogênea de seu espaço socioeconômico, resultado não somente da dinâmica geral do processo capitalista brasileiro, mas também das peculiaridades temporais e espaciais da região (Feitosa, 2011, p. 13).

Antes da divisão, o estado a contar a porção norte e sul, dispunha de território com uma área de cerca de 600.000 km². O autor menciona que as disparidades, singularidades e distinções observadas nos processos de legitimação territorial do antigo estado de Goiás em ambas as porções ou regiões, sempre apontou para mais oportunidades e investimentos para sul. Um dos principais pontos de articulação que conota concentração histórica do poder político e econômico está relacionado ao posicionamento geográfico da região sul e as vantagens logísticas. Com uma malha viária significativamente mais extensa e estruturado, o Sul estava facilmente e diretamente conectado a grandes centros econômicos como São Paulo e Minas Gerais.

Enquanto o Sul goiano se beneficiava de políticas de modernização agrícola e da integração com outras áreas que compõem a região Centro-Oeste, o Norte permanecia com baixos índices de escolarização, infraestrutura deficitária e acesso limitado a serviços de saúde

e educação. No cenário educacional por exemplo, foi somente a partir de 1973 com a implementação da Faculdade de Guaraí (FAG) que a região Norte teve sua primeira instituição de Ensino Superior (IES). Já a porção Sul, contava com instituições de ensino em nível superior desde 1948 com a criação da Faculdade de Direito de Goiás como é salientado pela historiadora Maria José de Pinho (2010).

De acordo com Oliveira (2012) a exclusão ganhou contornos ainda mais evidentes durante a Era Vargas (1930–1945), repercutindo assinaladamente nas décadas seguintes, quando o projeto de modernização do país, centrado nos grandes centros urbanos, deixou de fora regiões como o Norte Goiano. Para o pesquisador, embora as aspirações separatistas e mudancistas existissem antes da era Vargas, o discurso de progresso alavancado pelas novas formas de organização territorial, fizeram tais questões ganhar maior visibilidade como também é reportado pela pesquisadora Aurielly Painkow (2024) e seu estudo sobre a construção do ideário autonomista na região norte do antigo estado de Goiás.

Como bem destaca Bazolli (2009), embora o discurso desenvolvimentista tenha sido intensificado com a construção de Brasília, nos anos 1960, a prometida integração regional não se concretizou plenamente para o Norte goiano, que continuou a viver à margem dos grandes investimentos federais, sendo reconhecida como uma região fadada ao universo puramente agrário. Segundo o autor, vivenciava-se uma situação que requeria não mera e puramente a emancipação territorial, mas também a criação de leis e políticas especificamente sensíveis a realidade do norte.

A luta pela emancipação política da região, que culminaria na criação do estado do Tocantins em 1988, foi motivada justamente por esse histórico de exclusão. Movimentos sociais, lideranças políticas e eclesiais, associações comunitárias e intelectuais locais, assim como alguns seguimentos na própria porção sul, denunciaram, ao longo do Século XX, o abandono sistemático e a desigualdade de tratamento em relação ao sul do estado (Brito, 2010; Bessa; Corado, 2011; Barros, 2020).

Em seus estudos, Coccozza (2009) e Cansado e Pizzio (2019), salientam que a eparação de Tocantins de Goiás não se tratou meramente de um ato de cunho estritamente administrativo. Foi muito mais, pois tratou-se de um marco simbólico de resistência e busca por reconhecimento das demandas históricas de uma população que há muito tempo reivindicava acesso a direitos básicos e protagonismo político antes concernido apenas ao Sul.

Na década de 1930, o norte do estado de Goiás continuava a ser uma região, marcada por extensas áreas rurais e baixa densidade populacional, era frequentemente negligenciada pelas políticas públicas e pela atenção dos governos estaduais e federal. A carência de

investimentos em infraestrutura, educação, saúde e transporte evidenciava o abandono histórico sofrido pelos moradores como é citado pelos autores mencionados acima.

Enquanto o sul goiano se desenvolvia com mais intensidade, beneficiado por sua maior proximidade com o eixo central de decisões administrativas e econômicas, o Norte permanecia com acessos limitados e enfrentava dificuldades no escoamento da produção, além da ausência de estradas adequadas e de serviços básicos como hospitais e instituições de ensino superior. A distância geográfica em relação à capital estadual agravava a sensação de isolamento político, fazendo com que os nortistas se sentissem esquecidos pelo poder público.

A precariedade dos serviços educacionais, por exemplo, era notória. Escolas funcionavam em locais improvisados, com poucos professores e quase nenhum suporte do Estado. A maioria das famílias que desejava oferecer melhores oportunidades de estudo a seus filhos era obrigada a migrar para outras regiões ou depender de iniciativas particulares ou comunitárias. Ele se aplicava aos serviços de saúde, que eram raros e com pouca cobertura territorial (Dourado, 2012).

Esse cenário de abandono fomentou, ao longo das décadas, um sentimento crescente de insatisfação por parte da população nortista, que passou a reivindicar autonomia e melhores condições de vida. O movimento separatista, que ganhou força especialmente a partir dos anos 1970, tinha como base justamente o desejo de romper com essa relação desigual entre norte e sul goiano. A criação do estado do Tocantins, oficializada em 1988, foi resultado direto dessa luta histórica por reconhecimento, dignidade e acesso a direitos básicos.

3.2 A Educação no Tocantins e a criação da Rede Estadual

A década de 1990 foi marcada como um período de intensas mudanças na estrutura social e educacional do Brasil. Com a promulgação da Constituição de 1988, a educação foi reafirmada como um direito universal e um dever do Estado, gerando um impulso para a criação de políticas e instituições que atendessem às novas demandas de um país em crescimento.

Não obstante com a promulgação da Constituição, o estado do Tocantins, tem sua gênese, a partir da divisão do estado de Goiás. Nesse cenário, a cidade de Palmas, capital do recém-criado estado do Tocantins, antigo norte goiano, surgiu como um símbolo de renovação e desenvolvimento. Fundada em 1989, Palmas representava um projeto de modernidade e progresso, que segundo Velasques (2010), marca o encerramento de um período extremamente conturbado nas dimensões política e econômica, e transição cultural e artística do país.

Conforme Ferraz (2008 *apud* BARROS, SANTOS, 2024, p. 10-11):

A constituição da nova unidade federada chamou a atenção para a necessidade de um conhecimento renovado de uma região que encontrava uma identidade na luta política e precisava ser interpretada à luz da nova realidade. A separação ocorrida em 01/01 de 1989 não se limitou a uma expressão espontânea de um anseio separatista. Ela serviu também à legitimação das elites regionais, constituídas em parte por goianos e mineiros ligados a interesses pecuaristas. O estado se aproximou do problema fundiário, proporcionando uma vigilância mais centralizada, facilitando minar as bases de sustentação dos movimentos sociais organizados. O estado arma suas estratégias à medida que o movimento vai se articulando. Neutralizando as reivindicações da população empobrecida de origem nordestina, assegurando cada vez mais o espaço agrário aos capitais nacionais e estrangeiros voltados para o mercado externo.

Entretanto, até os dias atuais a última capital planejada do século XX, enfrenta o desafio de criar infraestruturas capazes de suprir as necessidades básicas de sua população em expansão, incluindo o acesso à educação de qualidade.

Partindo deste pressuposto, a criação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, em 1991, insere-se no processo mais amplo de estruturação do sistema educacional tocantinense, que ganhou força com a fundação do estado em 1988. Conforme destaca Souza (2020), esse período foi marcado por uma intensa mobilização social e institucional para dar conta das demandas de um estado recém-criado, onde a educação surgia como uma das principais frentes de desenvolvimento. A escola, portanto, não apenas reflete as transformações urbanas de Palmas, mas também simboliza o esforço de consolidação de políticas públicas que buscavam garantir acesso à educação em um território historicamente marginalizado dentro do contexto nacional.

Na área educacional, torna-se evidente a urgência de uma reformulação significativa do modelo tradicional de ensino, de modo a integrá-lo de forma efetiva às exigências econômicas, sociais, políticas e culturais da realidade do novo estado, superando a fragmentação das práticas educativas. Dentro dessa perspectiva, passa-se a se pensar na formação de novos professores e nas construções de novas escolas em áreas urbanas e rurais para atender a população como um todo.

Nesse cenário, a partir de 1995, o Banco Mundial encontrou no Brasil o terreno profícuo para implantar o seu projeto para a educação básica. “A nova ordem fez com que termos como autonomia, descentralização, avaliação, desempenho, qualidade e produtividade sob a lógica neoliberal fossem absorvidas como parte da educação que necessita ser gerenciada” (SOUZA, 2020, p. 46).

A consolidação de políticas educacionais ocorreu paralelamente à crescente inserção de organismos internacionais, como o Banco Mundial, nas diretrizes pedagógicas e administrativas do estado. Souza (2020), argumenta que no estado do Tocantins materializou uma forma de governança educacional orientada por princípios gerencialistas, que embora se apresentassem como solução para a universalização e qualidade da educação, também impunham modelos padronizados e indicadores de desempenho muitas vezes descolados das realidades locais. Nesse sentido, iniciativas como a fundação da Escola Frederico José Pedreira Neto em 1991, conviviam com um duplo desafio: implementar a educação como um direito constitucional e, ao mesmo tempo, adequar-se às exigências de eficiência e controle oriundas da influência externa.

No entanto, o envolvimento da comunidade local, dos educadores e dos gestores públicos na fundação da escola é coerente com o que Souza (2020), reconhece como um momento de disputa entre diferentes projetos educacionais. De um lado, havia o ideal democrático de uma educação pública, gratuita e de qualidade, alinhado à Constituição de 1988, e de outro, políticas orientadas por uma lógica de resultados e racionalização administrativa, incentivadas pelo Banco Mundial. Assim, a Escola Frederico José Pedreira Neto pode ser compreendida como um ponto de interseção entre essas forças, um espaço de resistência pedagógica e ao mesmo tempo de adaptação às transformações impostas por uma nova racionalidade educacional que se instalava no Tocantins com apoio de instituições multilaterais.

Deste modo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, orienta o trabalho escolar nas áreas pedagógica, administrativa, financeira e na relação com a comunidade. Seu principal objetivo é promover o ensino-aprendizagem de qualidade e apresentar os resultados das ações educacionais da equipe, que busca integrar inovações da sociedade. A gestão da escola é pautada na democracia e autonomia, sendo este documento uma ferramenta de planejamento com validade anual, podendo ser readequado quando necessário. Ações como convivência escolar harmoniosa e redução da evasão e repetência são centrais no PPP, além da valorização do protagonismo estudantil e do uso de tecnologias e projetos interativos no processo educacional.

Entende-se, portanto, que o ato educativo, conforme Freire (1987), deve ser sempre um ato de recriação, de ressignificação de significados, o ensino de qualquer disciplina em qualquer instituição deve ter como fio condutor a libertação. Essa libertação não se dá somente no campo cognitivo, mas nos campos social e político, o que possibilita o aprendizado e a consciência crítica.

Com base nesse panorama, torna-se possível analisar as memórias e os relatos dos sujeitos entrevistados à luz de um contexto histórico e político mais amplo, no qual a escola emerge como espaço de formação, resistência e transformação. As narrativas orais resgatadas nesta pesquisa revelam, assim, uma dimensão pouco explorada pela historiografia oficial: a escola como espaço de vida, de afetos e de práticas que extrapolam a mera reprodução de conteúdos, assumindo um papel central na constituição da identidade educacional do Tocantins.

A consolidação da Escola Frederico José Pedreira Neto, portanto, não pode ser compreendida fora do contexto das lutas e disputas que marcaram a fundação do estado e a formação de sua rede de ensino. Ela representa não apenas uma resposta institucional à demanda educacional da capital em expansão, mas também a materialização de uma política educacional forjada em meio a tensões entre os modelos gerencialistas impostos pelas reformas dos anos 1990 e os ideais democráticos de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Nesse período, ainda em meados da década de 1990, a atuação de movimentos sociais, como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (Sintet), exerceu influência significativa na construção das políticas públicas voltadas à valorização do magistério. A instituição do Estatuto do Magistério e os debates sobre plano de carreira e condições de trabalho foram fundamentais para consolidar um corpo docente mais estável e engajado, o que também impactou positivamente a qualidade do ensino ofertado nas escolas estaduais, incluindo a unidade escolar em foco nesta pesquisa.

De acordo com o Plano Político-Pedagógico da instituição, a escola incorporou princípios de gestão democrática, valorizando a participação da comunidade escolar na definição de metas e estratégias. Embora limitada por questões estruturais, como carência de recursos, formação docente ainda em consolidação e fragilidade da infraestrutura, a escola destacou-se por representar um espaço de experimentação e afirmação de práticas pedagógicas voltadas à cidadania e à inclusão social.

É nesse contexto que a Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto foi fundada em 1991, como uma das primeiras unidades escolares da rede estadual localizadas em Palmas. Sua criação respondeu não apenas à necessidade urgente de escolarização dos moradores da nova capital, mas também à construção de uma identidade educacional própria do estado, que se dissociava, ainda que parcialmente, do legado da educação goiana. A escola tornou-se, assim, símbolo da capacidade do estado de responder às suas demandas sociais emergentes e de afirmar um projeto educacional autônomo.

A nova Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), criada nos primeiros meses do novo estado, teve a árdua tarefa de organizar um sistema educacional praticamente do zero. Isso

incluía o mapeamento da demanda educacional, a construção de escolas, a contratação e formação de professores, a estruturação de uma malha curricular condizente com os princípios da nova Constituição, bem como a definição de diretrizes administrativas e pedagógicas para a nova rede.

A construção da rede estadual de ensino no Tocantins, portanto, não se deu de forma linear ou isenta de desafios. Pelo contrário, enfrentou contradições estruturais oriundas do próprio processo de criação do estado, que combinava a esperança de um novo ciclo de desenvolvimento com a reprodução de práticas políticas centralizadoras e clientelistas. Nesse cenário, a educação tornou-se, ao mesmo tempo, uma bandeira simbólica de progresso e um campo de tensões entre diferentes projetos pedagógicos e interesses institucionais.

3.3 A organização da Rede Estadual de Ensino

A formação do Estado do Tocantins, concretizada em 1988, decorreu de um contexto marcado por contradições, disputas e alianças, em que prevaleceram práticas patrimonialistas, autoritárias e populistas, estruturadas por meio de negociações entre elites políticas, empresários do setor sucroalcooleiro, latifundiários e segmentos da classe trabalhadora. Diante dessa conjuntura, propõe-se analisar as condições históricas e políticas para a criação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, atentando-se para as ações do governador do estado e secretário de Educação do Tocantins no período de sua fundação com o objetivo de compreender os caminhos trilhados pela educação básica pública do estado, considerando a influência de partidos políticos, forças conservadoras e a participação popular no processo de consolidação do Estado.

Como destaca Silva:

O processo histórico mostra que as políticas para a educação pública são externadas em função dos interesses econômicos e políticos, nos quais, o país se subordina e, portanto, são, antes, de natureza econômica e política por sua própria natureza (SILVA, 1999, p. 242).

Os setores empresariais enxergaram na criação do Estado do Tocantins uma oportunidade estratégica de expansão econômica, sustentada pelos investimentos federais em infraestrutura que dariam suporte à entrada de capitais privados, aprofundando um processo iniciado ainda na década de 1970 (CAVALCANTE, 2003).

Segundo Cavalcante (2003), o movimento autonomista ganhou força em 1988 à medida que se tornava evidente a possibilidade de sustentabilidade econômica da nova unidade federativa. Entre 1985 e 1988, a proposta foi retomada com apoio de um amplo espectro político regional, temendo-se, naquele momento, que a manutenção da condição de norte goiano resultasse na exclusão da região das decisões da Assembleia Nacional Constituinte.

Com a sua criação em 1988, o estado do Tocantins, passa por um processo de estruturação de suas políticas públicas, incluindo o setor educacional. A criação de novas escolas foi uma prioridade para garantir que a população local pudesse usufruir do direito à educação de qualidade. As políticas de descentralização e ampliação da rede escolar nesse período foram impulsionadas pela busca de acesso mais equitativo à educação, como destaca Saviani (2008, p. 54), que argumenta que a democratização da educação se tornou um imperativo histórico diante das demandas sociais.

Deste modo, Siqueira Campos, assume como governador nos primeiros anos à frente do Estado (1989-1991) e faz também conforme Souza (2020, p. 53), o uso do slogan: “Tocantins: 20 anos em 2”, uma referência à promover em dois anos um desenvolvimento acelerado, que faria o Tocantins avançar duas décadas à frente, como que uma alusão a J.K., na construção de Brasília.

Com base em Souza (2020), é possível compreender que a política educacional do governo tocantinense, desde sua criação, esteve diretamente ligada à trajetória de luta dos professores organizados. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (Sintet), fundado em 1989 após o desmembramento do antigo Centro de Professores de Goiás (CPG), tornou-se protagonista das mobilizações por valorização profissional e condições dignas de trabalho. As primeiras gestões estaduais foram marcadas por greves e embates com o governo de Siqueira Campos, que adotou posturas autoritárias e resistiu ao reconhecimento das pautas docentes.

Nesse cenário de tensões, a criação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, em 1991, ocorreu durante a gestão do governador Moisés Avelino, que nomeou Ruy Rodrigues para a Secretaria de Educação, momento que representou um marco na expansão da rede pública estadual e na tentativa de responder à crescente demanda por escolarização na nova capital.

A criação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto está inserida, portanto, em um contexto de transformações significativas nas políticas educacionais brasileiras, particularmente durante as décadas de 1980 e 1990, um período de redemocratização que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa Constituição, em seu artigo

205, reafirmou a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, fundamentando-se nos princípios de igualdade de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

A legislação estadual do Tocantins acompanhou essa evolução com o Plano Estadual de Educação (PEE), que estabelece metas e diretrizes para assegurar o acesso universal à educação básica. O PEE, alinhado às diretrizes da LDBEN nº 9.394/1996, visa atender às especificidades regionais e promover a qualidade de ensino em todo o estado (TOCANTINS, 2015, p. 23).

A criação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto está inserida em um contexto de transformações significativas nas políticas educacionais brasileiras nas décadas de 1980 e 1990, período que coincide com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988. A educação foi reafirmada como um direito social (BRASIL, 1988, art. 205), e a nova Carta Magna impulsionou reformas e expansão das redes de ensino nos estados e municípios.

As políticas de descentralização da gestão escolar foram importantes para ampliar a cobertura educacional, especialmente em regiões em desenvolvimento, como o Tocantins. Saviani (2008, p. 54) discute que a democratização do acesso à educação se tornou uma necessidade política e social, refletindo a busca por justiça social e o reconhecimento das demandas regionais.

A fundação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto representou um marco no desenvolvimento educacional da cidade, oferecendo novas oportunidades de formação para as populações locais. Esse movimento se alinha às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), que enfatiza a necessidade de acesso igualitário e de qualidade à educação básica (BRASIL, 1996, art. 2º).

Autores como Gatti (2019, p. 78) destacam que a implantação de escolas em regiões periféricas ou em desenvolvimento é essencial para fomentar o crescimento cultural e socioeconômico, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais. No caso da região em que a escola foi estabelecida, há evidências de que a instituição auxiliou na formação de novas gerações de alunos capacitados, impactando positivamente as taxas de alfabetização e de desempenho acadêmico.

Ao retomar ao contexto de fundação da escola em 1991, logo nos primeiros meses, após confirmar-se a continuidade da problemática na gestão educacional, e na forma de governar de Moisés Avelino, os professores passam a reivindicarem a elaboração do Estatuto do Magistério, e, realizaram outra greve para que o Estatuto fosse aprovado na Assembleia Legislativa no ano de 1991 e sancionado no ano de 1992, pelo governador.

Em 1994, após o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (Sintet) protagonizar a quinta greve, desde a criação do Estado, e, a mais longa, com 80 dias, a gestão do governador Moisés Avelino apresenta como meta a implantação do planejamento participativo e a criação de Associação de Pais e Mestres.

No âmbito estadual, ações como essas, poderiam ser atribuídas como um caráter democrático na gestão. Porém, se for contextualizado em âmbito nacional, constatar-se-á que essas ações foram capitaneadas pela União, na lógica da gestão descentralizada e de transferência para a escola, a responsabilidade com a educação. Isso se dá essencialmente, por meio dos recursos financeiros que a escola começou a administrar a partir da década de 1990, quando o Ministério da Educação passou a transferir recursos financeiros diretamente para as unidades escolares, de acordo com o princípio da escola autônoma, estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 (SOUZA, 2020, p. 50).

Sob a perspectiva pedagógica e cultural, a criação da escola pode ser interpretada como parte de um projeto maior de formação do sujeito moderno e civilizado, em consonância com os ideais da escolarização brasileira do século XX. A partir de Santos e Furtado (2015), podemos pensar que o projeto escolar implantado na nova capital se insere em um contexto de modernização urbana e de disciplinamento social, no qual a escola assume papel central na formação do aluno como sujeito civilizado e ajustado ao tempo escolar moderno. A noção de tempo, disciplina e progresso, presentes na organização da rotina escolar, refletia os valores de um Estado que almejava se consolidar como moderno, eficiente e competitivo.

Assim, a criação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto reflete o cenário de um Tocantins recém-emancipado, marcado por fortes disputas políticas e pela necessidade urgente de consolidar políticas públicas educacionais em uma capital planejada, mas socialmente desigual (BARROS, SANTOS, 2024).

A Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto está localizada na Quadra 106 Sul, em Palmas, Tocantins. Em 1991, ano de sua criação, abrangia apenas o Ensino Fundamental, expandindo posteriormente para Ensino Médio e Cursos Técnicos. Seu nome surge em homenagem ao Professor Frederico José Pedreira Neto, educador e líder comunitário da cidade. A escola se propõe a atender uma comunidade diversa, com estudantes de diferentes faixas etárias e níveis socioeconômicos, muitos dos quais fazem parte de programas de assistências sociais como o *Bolsa Família* e *ID Jovem*. Além disso, a escola oferece diversos programas de ensino-aprendizagem para os seus alunos, como aulas de idiomas, balé e atendimento educacional especializado.

A escola conta com uma ampla estrutura, incluindo salas de aula, sala de recursos multifuncionais, e uma biblioteca que serve tanto a estudantes quanto a servidores. Além disso, a unidade oferece transporte escolar para estudantes de áreas rurais e de Porto Nacional. A equipe escolar organiza semanalmente o planejamento pedagógico, com reuniões para avaliação do desempenho das atividades e ajustes necessários. Há também atendimento individualizado por parte da equipe multidisciplinar, com orientação educacional e apoio social, promovendo o bem-estar dos estudantes e garantindo um acompanhamento contínuo de sua evolução acadêmica e emocional.

A missão da escola é garantir uma educação inclusiva e de qualidade, com foco na formação integral dos estudantes, valorizando sua identidade cultural e promovendo a integração de conhecimentos. A visão é de uma escola autônoma, democrática e inovadora, que prepara os estudantes para o exercício pleno da cidadania e para a vida profissional.

A comunidade escolar tem participação ativa na vida da escola, com pais e responsáveis frequentemente envolvidos em reuniões e atividades promovidas pela instituição. O Grêmio Estudantil “Geração Consciente” foi reestruturado em 2024, com eleições para representar os estudantes e fortalecer a gestão participativa. A escola também mantém parcerias com órgãos externos, como a Polícia Militar e o Conselho Tutelar, para garantir o bem-estar dos estudantes.

A Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto se dedica a fornecer uma educação de qualidade, inclusiva e integrada à realidade local, com um foco claro no desenvolvimento social e acadêmico de seus estudantes. Através de um planejamento cuidadoso e uma gestão colaborativa, busca criar um ambiente educativo saudável e estimulante para todos.

4 DISCURSOS SOBRE A MEMÓRIA DA ESCOLA

A memória escolar, enquanto objeto de estudo, constitui uma ferramenta valiosa para compreender a construção de identidades, práticas educacionais e dinâmicas sociais em contextos históricos específicos. Por meio da história oral, é possível resgatar as vivências de sujeitos que, embora muitas vezes não registrados pela historiografia tradicional, desempenharam papéis fundamentais na formação de instituições educacionais.

Esta seção tem como objetivo analisar os discursos que permeiam a memória da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, localizada em Palmas, Tocantins, destacando as contribuições de professores, gestores e alunos para sua consolidação. A partir das narrativas orais coletadas, busca-se desvelar a trajetória da escola, desde sua criação até sua relevância como espaço de formação educacional e cidadã, enfatizando o pioneirismo de seus atores em uma capital recém-fundada.

Dividido em quatro itens, a seção aborda o processo de criação da escola, a gestão administrativa, as memórias dos professores e as experiências de alunos veteranos, revelando o impacto da instituição na comunidade local.

4.1 Fundação e Primeiros Desafios da Escola

A criação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, em Palmas, Tocantins, insere-se no contexto da fundação de uma nova capital planejada, marcada por desafios logísticos, sociais e educacionais. Inaugurada em 1991, a instituição surgiu como parte do esforço do governo estadual para estruturar o sistema educacional em uma cidade recém-criada, atendendo à demanda de uma população em crescimento. Nomeada em homenagem ao Professor Frederico José Pedreira Neto, a escola reflete o reconhecimento de sua trajetória como educador dedicado, cuja influência ultrapassou os limites de Taquaruçuzinho, alcançando relevância regional. Esta seção utiliza a história oral para explorar o processo de criação da escola, destacando as narrativas de Pedreira (2015) sobre a vida e o legado do Professor Didi, bem como o papel de figuras como Rui Rodrigues na escolha do patrono. Por meio dessas memórias, busca-se compreender como a instituição se consolidou como um marco educacional, conectando o passado rural do Tocantins ao projeto modernizador de Palmas.

A história oral, utiliza a memória para revelar a história vivenciada por seus sujeitos, que a experimentaram e a registraram, mas muitas vezes não foram destacados nos contextos

históricos. Pedreira (2015) narra fatos conhecidos pela história tradicional sobre o Professor Frederico José Pedreira Neto, porém sem a riqueza de detalhes expressa na oralidade.

Conforme Pedreira (2015):

Ele foi formado no Seminário São José, em Porto Nacional, mas não chegou a ser padre. Desistiu do sacerdócio e tornou-se professor, pois tinha uma boa formação. Como em Porto Nacional já havia muitos professores, ele foi inicialmente para o garimpo do Cristal, na região de Cristalândia, Pium. Lá se casou, mas logo se separou e voltou para a casa de sua mãe, sem deixar filhos.

Essa narrativa destaca o início da trajetória do Professor Frederico Pedreira, destacando suas primeiras escolhas e dúvidas em busca de sua identidade. Ao deixar o seminário, onde não se encontrou, casou-se, mas também não se realizou no matrimônio. Tornou-se professor, transformando a profissão em um verdadeiro sacerdócio.

Ainda segundo Pedreira (2015):

Inicialmente, ele atuou como único professor. Posteriormente, passou a contar com a colaboração de alunas que o auxiliavam, devido ao aumento do número de alunos, resultado de sua eficiência e carinho. Tratava todos os alunos como filhos, acolhendo em sua casa aqueles cujos pais moravam longe, para que não perdessem a oportunidade de estudar. Além de professor, era conselheiro das famílias, mediador de casamentos e considerado o “padre” da cidade, um verdadeiro missionário.

Pedreira (2015 complementa:

Professor Frederico José Pedreira, a quem chamávamos de tio Didi, ou padrinho Didi, em Taquaruçuzinho, era conhecido como “o professor” ou “professor Didi” pelo povo de Taquaruçu. Ele foi responsável por instalar a educação e a religião naquele povoado, sendo um grande baluarte da educação no sertão do vão do Taquaruçuzinho.

A atuação emblemática do Professor Didi resultou na honraria de ser Patrono da Unidade Escolar Frederico José Pedreira Neto, localizada em Palmas, inaugurada em 1991, durante o governo de Moisés Avelino, por indicação do Professor Rui Rodrigues, ex-padre e então Secretário de Educação.

Conforme Pedreira (2015):

No início da capital, o Professor Rui Rodrigues Maia, também ex-sacerdote, reconhecia no Professor Didi um grande educador e orientador. Assim, trouxe sua

memória para uma das primeiras escolas de Palmas, perpetuando seu nome não apenas na região de Taquaruçzinho, mas resgatando os valores da educação do passado em nossa região.

A fundação da escola envolveu esforços para superar desafios como a escassez de recursos, a falta de infraestrutura e a formação de um corpo docente qualificado. A escolha de um patrono como Frederico, cuja trajetória representava a dedicação à educação em condições adversas, reforçou a missão da instituição de promover o acesso ao conhecimento em um contexto de pioneirismo. Essa narrativa evidencia os motivos que levaram o Estado do Tocantins a homenagear Frederico José Pedreira Neto, cujos feitos educacionais foram notáveis, especialmente considerando as limitações da época. Ele transformou o magistério em um projeto de vida, dedicando-se a proporcionar à comunidade melhores condições por meio do conhecimento.

4.2 A Gestão Escolar e seus Desafios

Com a implantação de Palmas, capital do Tocantins, surgiu a necessidade de buscar colaboradores de outras regiões. A Irmã Cleonira, vinda de Bauru (SP), foi indicada pelo Monsenhor Jones para assumir a direção do Colégio Frederico Pedreira. Soares (2015) relata:

Vivi muitos anos em São Paulo e vim de Bauru, uma das maiores cidades do estado. Gosto de desafios, e Palmas foi um grande desafio, pois a cidade estava em formação, com carências em asfalto, saneamento básico e outros serviços. Era um trabalho diferente do que eu estava acostumada, mas fui bem atendida pela Secretaria de Educação. O colégio foi reformado, embora tenha enfrentado uma greve de três meses em 1994.

Soares (2015) expressa o pioneirismo e a angústia de um futuro incerto em uma capital recém-criada, com muitas necessidades e em processo de organização, contrastando com sua experiência em metrópoles e unidades escolares consolidadas.

Pereira (2015), gestora subsequente a Soares, compartilha uma experiência semelhante. Também oriunda de uma metrópole, chegou a Palmas em 1997 e enfrentou desafios iniciais:

Cheguei a Palmas em 3 de maio de 1997 e, no dia seguinte, comecei a trabalhar na Escola Vinicius de Moraes. Era uma época difícil, com a cidade ainda em formação

e a escola em condições precárias. Acostumada a colégios particulares, sofreu um choque inicial, mas a carência dos alunos e professores me motivava a fazer mais.

Pereira (2015) destaca que, apesar do temor inicial, a rotina dissipou suas angústias, permitindo sua adaptação ao contexto de Palmas.

4.3 Memórias Docentes: Experiências e Permanências

A história da Escola Frederico Pedreira revela o impacto de profissionais que, deixando localidades consolidadas, se dedicaram ao desafio de construir uma nova capital. Rodrigues (2015) relata:

Vim para Palmas em 1994 porque meus filhos já moravam aqui. Deixei Goiás com meu marido e filha para reunir a família. Logo ao chegar, fui à Delegacia Regional de Ensino e nomeada para a Escola Frederico Pedreira. Trabalhei inicialmente a disposição do Estado de Goiás, recebendo salário pago pelo Tocantins. Em 2000, passei no concurso e fui integrada ao quadro de servidores do Tocantins.

A história do colégio se entrelaça com a de seus sujeitos, que enfrentaram o desconhecido para construir a educação local. Melo (2015) complementa:

Vim para Palmas quando a cidade tinha cerca de três anos. Meu marido conseguiu um emprego melhor, e eu passei no vestibular da ULBRA. Inicialmente, trabalhei na secretaria da Escola Vila União, mas, como estudante, optei por um local que me permitisse estudar. Cheguei à Escola Frederico Pedreira como professora de Português e inglês, e depois assumi o acervo de vídeos e a biblioteca, por ser amante da leitura.

Rodrigues e Melo representam os muitos profissionais que buscaram melhores condições em Palmas, contribuindo para o desenvolvimento educacional da capital.

4.4 Vozes Discentes: Sentidos atribuídos à Experiência Escolar

Os profissionais da Escola Frederico Pedreira enfrentaram dificuldades, mas sentem-se recompensados ao verem ex-alunos bem-sucedidos. Ricardo Ayres de Carvalho, formado em Direito pela Universidade Federal do Tocantins, destaca-se como exemplo. Carvalho (2015) relata:

Quando comecei a estudar, a diretora era Dona Dulcy. Após divergências internas, o Professor Rui, então Secretário de Educação, nomeou uma comissão interventora liderada pelo Professor Lázaro Vencio. Posteriormente, a Irmã Cleonira assumiu a direção, apaziguando a situação.

Carvalho (2015) também afirma:

Naquele início, ainda em construção, escolhi a Escola Frederico Pedreira por ser uma excelente opção de ensino, com pouca diferença entre o ensino público e privado.

Apesar dos desafios, a escola consolidou-se como uma das melhores de Palmas na década de 1990, formando profissionais que hoje contribuem para a cidade, como Carvalho, que se tornou Secretário Estadual da Juventude e Deputado.

5 – IMPACTOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

A presente seção dedica-se a discutir os impactos da fundação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto no desenvolvimento urbano e social da cidade de Palmas, bem como as práticas educativas implementadas ao longo do tempo. Por meio de uma análise pautada em narrativas de professores, alunos e gestores, pretende-se compreender como a instituição se consolidou como um polo de transformação cultural, pedagógica e comunitária. O enfoque recai sobre os anos de consolidação da escola, com atenção às interações sociais e às políticas educacionais que influenciaram suas práticas pedagógicas.

5.1 Impacto do desenvolvimento da cidade

A criação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto em 1991, no contexto da recém-instituída capital tocantinense, Palmas, representou um marco significativo no processo de consolidação do sistema educacional do estado. Sua fundação ocorreu em um período de intensas transformações políticas e sociais, marcado pela emancipação do Tocantins em 1988 e pela necessidade de estruturar políticas públicas que atendessem às demandas de uma população historicamente marginalizada no antigo norte goiano (BARROS; SANTOS, 2024). A escola emergiu não apenas como uma instituição de ensino, mas como um símbolo dos desafios e contradições inerentes à construção de uma identidade educacional autônoma no novo estado.

No plano macro, a fundação da escola refletiu as diretrizes nacionais de descentralização educacional pós-LDBEN nº 9.394/1996, que transferiam para as unidades escolares a responsabilidade pela gestão operacional e financeira, mantendo o controle centralizado sobre as diretrizes pedagógicas (SOUZA, 2020). Essa dualidade entre autonomia formal e subordinação a agendas externas ficou evidente na trajetória da instituição, que, como aponta Silva (1999, p. 99-100), teve que equilibrar as demandas locais com as pressões de organismos internacionais como o Banco Mundial, cujos investimentos a partir de 1995 condicionaram a adoção de modelos gerencialistas na educação tocantinense.

No âmbito local, a escola desempenhou um papel crucial na democratização do acesso à educação em Palmas, cidade que, conforme Velasques (2010), foi concebida como projeto modernizante, mas enfrentava graves carências de infraestrutura educacional. A instituição

atende a uma população diversa, incluindo estudantes de baixa renda beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família, cumprindo assim o preceito constitucional de educação como direito social (BRASIL, 1988, art. 205). No entanto, como ressalta Corrêa e Nunes (2020), as limitações na formação docente e na infraestrutura tecnológica revelaram as assimetrias entre o discurso de inclusão e as condições materiais oferecidas.

Pedagogicamente, a escola inicialmente reproduziu modelos tradicionais de ensino expositivo, característicos das décadas de 1980-1990, com currículos fragmentados e avaliações centradas na memorização (GADOTTI, 2000). Contudo, a gradual incorporação de metodologias ativas, especialmente após os anos 2000, alinhou-se às propostas de Freire (1996), para uma educação libertadora, ainda que de forma incipiente. A criação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, com ênfase na gestão democrática e no protagonismo estudantil, representou uma tentativa de resistência à padronização imposta por políticas externas, conforme documentado por Souza (2020, p. 56), em sua análise do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada (PECGC).

Os impactos na comunidade escolar foram ambivalentes: se por um lado a escola ampliou o acesso e reduziu índices de evasão, por outro, a falta de investimentos contínuos em formação docente e infraestrutura – problema endêmico no Tocantins segundo Menin et al. (2010) – limitou a efetividade das inovações pedagógicas. A participação comunitária, embora incentivada no PPP, esbarrou em estruturas hierárquicas remanescentes, evidenciando o que Santos e Furtado (2015), identificam como uma tensão entre modelos autoritários herdados e aspirações democráticas.

A Escola Frederico José Pedreira Neto encapsula as contradições do projeto educacional tocantinense: espaço de resistência e adaptação, entre a reprodução de modelos tradicionais e a busca por uma educação crítica. Sua trajetória ilustra os desafios de construir políticas educacionais autônomas em um contexto periférico, onde as demandas locais frequentemente cedem às pressões de agendas globais – paradoxo que, como alerta Teodoro e Jezine (2012, p. 153), define a educação na era neoliberal.

A implantação da Escola Estadual trouxe impactos significativos para o desenvolvimento educacional da região. Essa escola se tornou um centro de aprendizado que atendeu às necessidades de uma população crescente, alinhando-se às políticas de expansão escolar promovidas pelo estado. O PEE do Tocantins enfatiza a importância da implantação de instituições educacionais em áreas carentes como forma de garantir a inclusão e permanência dos alunos (TOCANTINS, 2015, p. 45).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) estabelece, em seu artigo 2º, que a educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996). Dessa forma, a criação de escolas como a Frederico José Pedreira Neto contribui para a formação de indivíduos críticos e participativos.

O Referencial Curricular do Estado do Tocantins (2018) também foi um elemento essencial para guiar a estruturação pedagógica da escola. Esse documento estabelece os conteúdos e as metodologias adaptadas às necessidades regionais, promovendo um ensino contextualizado e conectado com a realidade sociocultural dos estudantes (TOCANTINS, 2018, p. 19).

5.2 Expansão Escolar no Tocantins

A criação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, deve ser compreendida no âmbito das políticas de expansão escolar que emergiram com a criação do estado do Tocantins. A região, anteriormente parte do norte de Goiás, possuía uma estrutura educacional limitada e enfrentava desafios relacionados ao acesso e à qualidade do ensino. Com a criação do novo estado, novas políticas públicas focaram em reduzir as desigualdades regionais por meio da expansão da infraestrutura escolar.

As escolas primárias no antigo norte goiano se desenvolveram de forma fragmentada, com forte influência de projetos cívicos e religiosos, ainda distantes de uma política pública contínua (SANTOS; FURTADO, 2015).

A educação no Tocantins (antigo norte de Goiás, como já foi dito) em âmbito político e administrativo foi colocada em plano secundário. Assim, os investimentos públicos destinados ao setor sempre foram mínimos, e os projetos na área ocorreram de modo acanhado e elementar. O processo de educação primária, concretizado por essas terras até meados de 1930, foi estabelecido pelas escolas isoladas. Mais tarde, em 1934, é que foi formado o primeiro grupo escolar (BARROS, SANTOS, 2024, p. 16).

Deste modo:

No Estado do Tocantins, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura foi criada em 1º de janeiro de 1989, por meio da Medida Provisória nº 01, já trazendo no escopo do Artigo 32, a menção à formação dos professores e a inovação tecnológica. Outro

importante documento que estabelecia entre suas estratégias a utilização de tecnologias educacionais foi o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025), aprovado pela Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015 (CORRÊA; NUNES, 2020, p. 33).

O Plano Nacional de Educação (PNE), em consonância com o PEE, estabeleceu metas que orientaram a ampliação da oferta educacional, destacando a necessidade de construir e equipar escolas de ensino fundamental e médio em áreas com menor cobertura (BRASIL, 2014, p. 32). Essa política se reflete nas ações regionais do Tocantins, que priorizaram a implantação de escolas em localidades mais isoladas para promover o acesso à educação e combater a ênfase no êxodo escolar.

O Conselho Estadual de Educação (CEE) do Tocantins, embora previsto na Constituição Estadual de 1989, só foi efetivamente regulamentado em 1994, no último ano do governo Moisés Avelino, quando uma lei específica foi aprovada com base em minuta elaborada pelos próprios membros do conselho. Até então, o estado ainda seguia a legislação educacional de Goiás, de onde havia se desmembrado.

Mesmo após sua formalização legal no final de 1995, Souza (2020), afirma que o CEE enfrentou um período de quatro meses de inatividade, retomando suas funções apenas em janeiro de 1996. Essa trajetória inicial revela os desafios enfrentados pelo Tocantins em seu processo de consolidação institucional, marcado pela necessidade de substituir as normas herdadas de Goiás por um marco regulatório próprio. Apesar das dificuldades, a reativação do conselho em 1996 representou um passo fundamental para a construção de uma política educacional autônoma no estado, capacitando-o para definir diretrizes e normas adequadas à realidade local. Esse processo ilustra tanto os percalços quanto os avanços na estruturação da gestão educacional no Tocantins durante seus primeiros anos como unidade federativa independente.

Neste período de gestão, observa-se que, além da continuidade das ações dos primeiros anos de governo, houve uma convergência entre políticas nacionais e internacionais, fundamentadas na reforma do Estado e nos mecanismos da globalização. A educação emergiu como eixo central no discurso e na prática administrativa, especialmente no que diz respeito à desconcentração de recursos e à gestão descentralizada, reforçando a autonomia educacional do Tocantins.

Como destacam Teodoro & Jezine (2012, p. 153), “a globalização neoliberal, hegemônica desde os anos 1980, baseou-se na antiga ideia de que os governos deveriam abrir

caminho para que grandes empresas, supostamente mais eficientes, competissem livremente no mercado mundial”. Esse contexto influenciou diretamente as políticas públicas educacionais, subordinando-as, em muitos aspectos, a agendas externas.

Foi apenas em 1995, com os investimentos do Banco Mundial, que o Tocantins começou a ter seu desenvolvimento educacional efetivamente impulsionado e visibilizado. Esses recursos permitiram a implementação de projetos estruturantes, alinhando o estado às diretrizes globais enquanto buscava consolidar sua própria identidade educacional. Dessa forma, a educação tocantinense passou a refletir tanto as demandas locais quanto as pressões de um modelo econômico globalizado.

A análise de Silva (1999) revela uma profunda influência das instituições financeiras internacionais nas políticas da educação básica pública brasileira. Segundo a autora:

essa intervenção, iniciada em décadas anteriores e intensificada pelo contexto global recente, conta com ampla anuência tanto do governo federal quanto das administrações estaduais e das elites dirigentes. Tais políticas, aparentemente voltadas para o ajuste estrutural e a modernização institucional, acabam por fragilizar significativamente a organização social, especialmente no âmbito educacional, reduzindo drasticamente a capacidade dos governos nacionais de implementar políticas autônomas e alinhadas aos interesses locais (SILVA, 1999, p. 99-100).

No caso específico do Tocantins, essa tendência se manifesta claramente nos documentos oficiais, como o Plano Estadual de Educação (PEETO 1997-2006), que coloca a economia como eixo central das ações governamentais. O plano defende uma abordagem tecnocrática para os desafios educacionais, baseada em concentração de esforços, sistematização de processos e rígidos mecanismos de controle e avaliação. Nessa perspectiva, o crescimento econômico é visto como pré-requisito para o desenvolvimento social, condicionando as políticas educacionais às demandas do mercado e às diretrizes de organismos internacionais (SOUZA, 2020, p. 54).

Um exemplo concreto dessa orientação foi a criação do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada (PECGC), instituído pela Lei Estadual nº 1.616/2005 durante o governo Marcelo Miranda. O programa, que revogou dispositivos da legislação anterior (Lei nº 1.360/2002), tinha como objetivos principais: aprimorar a qualidade do ensino mediante capacitação docente e aquisição de recursos pedagógicos; fomentar a participação comunitária nas decisões escolares; promover a autonomia das unidades de ensino na elaboração de seus projetos político-pedagógicos; e otimizar a aplicação de recursos financeiros conforme prioridades definidas coletivamente (SOUZA, 2020, p. 56).

Essa iniciativa, embora apresentasse elementos de descentralização administrativa, refletia a lógica gerencialista característica das reformas educacionais da época.

Esse processo foi concretizado por meio da repartição direta de recursos financeiros do Ministério da Educação para as escolas, conforme estabelecido no princípio da autonomia escolar previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Como observa Souza (2020, p. 50), essa política representou uma reconfiguração do papel do Estado na educação, transferindo para as instituições de ensino a gestão operacional e financeira, enquanto mantinha o controle sobre as diretrizes gerais do sistema educacional.

Deste modo, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, tenta romper com essas diretrizes, destacando princípios de inclusão, formação cidadã e desenvolvimento crítico dos estudantes. O PPP enfatiza a valorização da identidade local e da cultura regional, elementos fundamentais para a construção de uma educação contextualizada e transformadora (ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSÉ PEDREIRA NETO, 2022, p. 12).

Autores críticos como Freire (1996, p. 42) reforçam que a educação deve ser um ato de intervenção na realidade, e isso se torna evidente na implementação das políticas educacionais do Tocantins, que buscaram adaptar-se às demandas locais e promover uma educação mais acessível e efetiva.

A criação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto simboliza não apenas a expansão física da infraestrutura escolar, mas também a concretização de políticas públicas que visam democratizar o acesso à educação e promover a inclusão social. O desenvolvimento educacional impulsionado por essas iniciativas reflete um compromisso com os princípios da justiça social e da formação cidadã, integrando legislação educacional.

O panorama histórico e político da criação de escolas estaduais em Palmas -TO na década de 1990 está fortemente marcado pelo processo de interiorização do ensino e pela implementação de políticas públicas para ampliar o acesso à educação. A década de 1990 foi um período de reestruturação educacional no Brasil, com a promulgação de novas leis e políticas que buscaram melhorar a qualidade do ensino, especialmente nas regiões mais afastadas, como o Tocantins.

A criação de escolas estaduais em Palmas, como em outras áreas do estado, foi influenciada pelo contexto da expansão do sistema de ensino e pelo aumento da demanda por educação pública. Nesse período, as políticas públicas de educação se concentraram na universalização do ensino fundamental e na criação de estruturas de ensino médio, visando garantir o direito à educação para um número maior de estudantes. A Legislação vigente, como

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, também foi crucial para orientar esse processo, trazendo diretrizes para a expansão e a democratização do ensino.

Os desafios enfrentados pelas escolas públicas no Tocantins se agravam em comunidades distantes, onde a infraestrutura precária e a falta de recursos comprometem o desenvolvimento educacional (SANTOS; FURTADO, 2015).

A análise da estrutura pedagógica das escolas estaduais de Palmas, nesse contexto, revela um movimento em direção à busca pela melhoria da qualidade educacional. A formação de professores e gestores, como os diretores e coordenadores pedagógicos, passou a ser uma prioridade, refletindo a ideia de que a gestão escolar deveria ser um espaço de reflexão pedagógica e não apenas administrativa. A construção da identidade das escolas e a sua missão social foram moldadas por essas novas perspectivas educacionais, o que inclui o papel das escolas na formação de uma cidadania crítica e consciente.

A memória coletiva dos agentes escolares, como diretores, professores e alunos, é fundamental para compreender as transformações institucionais que ocorreram nesse período. Os relatos desses agentes ajudam a traçar um quadro mais detalhado de como as políticas educacionais foram implementadas e como as escolas se adaptaram às mudanças da época. A história oral, como abordagem metodológica, oferece uma visão única desses processos, permitindo entender as percepções e as experiências vividas pelos envolvidos.

Esse impacto das memórias dos agentes escolares contribui para uma análise mais profunda das transformações institucionais e pedagógicas nas escolas estaduais de Palmas, destacando tanto os desafios quanto as conquistas no caminho para uma educação mais inclusiva e de qualidade.

As abordagens teóricas sobre memória coletiva e história oral, que enfatizam a importância dos relatos pessoais e dos processos de construção de identidade, são essenciais para captar a complexidade dessas transformações, como aponta a literatura sobre subjetividade e política educacional.

Na contemporaneidade, apesar da expansão da rede escolar no Tocantins, os níveis de proficiência digital dos docentes ainda refletem uma carência de políticas formativas contínuas e regionalizadas (CORRÊA; NUNES, 2020).

A configuração da educação básica no Tocantins ainda é marcada por desigualdades regionais, exigindo ações específicas para garantir a equidade no acesso e na permanência escolar (MENIN et al., 2010).

Nas duas primeiras décadas de funcionamento da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (1990-2010), a estrutura pedagógica e os métodos educacionais adotados

estavam fortemente alinhados às diretrizes da educação pública do Estado do Tocantins e às transformações educacionais nacionais. A escola, nos seus primeiros anos, seguiu uma organização pedagógica tradicional, centrada no ensino de disciplinas básicas como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e História, com ênfase no modelo de ensino expositivo e no processo de memorização, características comuns da época. A avaliação era predominantemente formal, baseada em provas escritas, com pouca inovação no que diz respeito a práticas pedagógicas alternativas.

Durante esse período, a gestão pedagógica da escola era centralizada, com as decisões sendo tomadas pela direção e equipe pedagógica, sem uma participação mais ampla da comunidade escolar. A formação dos professores estava pautada em cursos oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação, mas focados em metodologias tradicionais, limitando, em muitos casos, a introdução de abordagens mais modernas ou inovadoras. Mesmo assim, no final da década de 2000, começaram a surgir iniciativas para integrar tecnologias no processo educacional, ainda de forma incipiente, com o uso de recursos digitais como complemento às aulas tradicionais.

A escola também buscou promover uma educação voltada para o acesso de mais alunos ao ensino médio, com ênfase em inclusão e valorização de saberes locais, mas com desafios em termos de recursos materiais e infraestrutura. As metodologias de ensino, em sua maior parte, permaneceram tradicionais, com poucos espaços para práticas mais interativas ou para metodologias centradas no aluno, como os projetos interdisciplinares ou o ensino baseado em resolução de problemas.

Ao longo desse período, a participação dos pais e da comunidade escolar ainda era tímida, restrita a reuniões pontuais e à avaliação do desempenho dos alunos, sem uma gestão verdadeiramente democrática e participativa. A interação escola-comunidade, embora presente, não foi uma prioridade, o que limitou a construção de um ambiente educacional mais colaborativo.

Em suma, a Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, nos anos iniciais de sua trajetória (1990-2010), seguiu uma estrutura pedagógica e métodos educacionais tradicionais, refletindo as práticas predominantes na educação brasileira da época. No entanto, a partir dos anos 2000, começaram a ser implementadas algumas tentativas de modernização, principalmente no uso de tecnologias, que indicavam uma transição para abordagens pedagógicas mais diversificadas.

Nos primeiros anos de funcionamento da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (1990-2010), a estrutura curricular estava estruturada com base nas diretrizes e normativas do

Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria Estadual de Educação de Tocantins, seguindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996. Essa legislação, que orientou a educação no Brasil após sua promulgação, estabelecia a educação básica como obrigatória e gratuita e definiu que o currículo da educação básica deveria garantir uma formação comum, abrangendo as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, e as chamadas Tecnologias, que mais tarde se expandiram com a inclusão de temas como Educação Ambiental e Tecnologias Digitais.

A escola, em seus primeiros anos, adotou uma estrutura curricular rígida, voltada para a transmissão de conhecimentos acadêmicos básicos e com pouca flexibilidade para incorporar práticas inovadoras ou pedagógicas alternativas. O currículo escolar priorizava o ensino expositivo, no qual o professor era o centro do processo de ensino e a principal fonte de conhecimento, algo que pode ser relacionado com a crítica de Freire (1996) ao modelo bancário de educação. Segundo Freire, a educação centrada no docente e na transmissão de conteúdos de forma unilateral impede que os alunos se tornem protagonistas do seu processo de aprendizagem.

Durante este período, o currículo da escola era composto principalmente por disciplinas convencionais, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, com algumas práticas pontuais nas áreas de Arte e Educação Física. As disciplinas eram organizadas com conteúdo programáticos bastante fechados, e a abordagem pedagógica se limitava a um modelo focado no conteúdo e na avaliação objetiva, com pouca ou nenhuma integração entre as disciplinas.

A estrutura curricular da escola, embora estivesse formalmente em conformidade com as orientações da LDB (1996), carecia de um foco mais integrador e contextualizado. De acordo com Gadotti (2000), o currículo da educação brasileira, nas décadas de 1990 e 2000, era muitas vezes fragmentado, sem promover a interdisciplinaridade ou a relação dos saberes com a realidade local e cotidiana dos alunos, limitando o desenvolvimento de uma educação crítica e reflexiva.

5.3 Práticas educativas nos anos 2000

Nos primeiros anos, as metodologias de ensino da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto estavam fundamentadas em práticas tradicionais, como aulas expositivas e o uso de livros didáticos como principal recurso didático. O professor era o centro do processo de

ensino, com foco na transmissão de conhecimentos e pouca interação com os alunos. As atividades pedagógicas eram voltadas para a transmissão do conteúdo de forma estruturada, e a avaliação se dava majoritariamente por provas e testes escritos, que avaliavam a memorização de conceitos.

Com o avanço dos anos e a inserção de novas políticas educacionais, a escola começou a adotar algumas transformações em suas práticas pedagógicas. A década de 2000 marcou o início de uma busca por metodologias mais dinâmicas e inclusivas. A partir desse período, começou a ser implantado um processo gradual de modernização, com a introdução de recursos tecnológicos, como computadores e, eventualmente, o uso de internet e programas educacionais. As práticas pedagógicas começaram a incorporar atividades mais práticas e interativas, ainda que de forma tímida. A utilização de projetos e atividades extracurriculares passou a ser discutida, e os professores começaram a adotar algumas metodologias mais centradas no aluno, como trabalhos em grupo e discussões.

A metodologia de ensino da escola, durante os primeiros anos de sua existência, refletia o modelo pedagógico tradicional que predominava nas escolas públicas brasileiras naquele período. As aulas eram predominantemente expositivas, com o professor como único transmissor do conhecimento, e os alunos eram vistos como receptores passivos. Esse modelo se alinha ao que Saviani (2008) denomina de “educação tradicional”, na qual o foco está no conteúdo e na técnica de transmissão de informações, em vez de uma abordagem que favorecesse o desenvolvimento de habilidades de análise crítica e de resolução de problemas pelos alunos.

Além disso, o uso de recursos pedagógicos era limitado, e as avaliações eram majoritariamente feitas por meio de provas escritas, baseadas na memorização de conteúdo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 já reconhecia a necessidade de uma mudança nesse modelo, propondo que as metodologias de ensino deveriam ser mais diversificadas e centradas no aluno, permitindo sua participação ativa no processo de aprendizagem. Contudo, na prática, essa mudança foi muito lenta, com a escola adotando metodologias tradicionais por mais de uma década.

Nos anos 2000, no entanto, a escola iniciou um movimento gradual de adaptação e inovação pedagógica. A Lei nº 11.769/2008, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas, representou um dos primeiros passos para a diversificação curricular e metodológica. Esse movimento indicava uma abertura para práticas mais integradoras e criativas, com ênfase em atividades que valorizassem as expressões culturais e artísticas dos alunos. Embora a implementação dessa lei tenha sido gradual, ela sinalizava uma tendência

crescente de diversificação nas metodologias e práticas pedagógicas, conforme sugerido por Perrenoud (2000), que defende que o ensino deve ser capaz de despertar a autonomia dos alunos por meio de metodologias mais ativas e interativas.

Ainda na década de 2000, o uso das tecnologias digitais na educação começou a ser mais amplamente discutido. A escola, embora com recursos limitados, começou a adotar o uso de computadores, vídeos e até mesmo a internet em algumas atividades. Essas transformações começaram a refletir a tendência descrita por Moran (2007), que enfatiza o papel da tecnologia como mediadora no processo de aprendizagem e sua capacidade de tornar o ensino mais interativo e contextualizado. As metodologias de ensino começaram a incluir projetos, atividades em grupo e, gradualmente, as práticas de avaliação passaram a englobar a análise de processos e não apenas resultados, embora o uso de avaliações formatadas permanecesse um método predominante.

Entretanto, a transição para essas novas abordagens foi lenta e ainda coexistia com as práticas tradicionais, com uma resistência natural por parte de alguns educadores e da própria estrutura escolar, que precisava se adaptar às novas demandas pedagógicas e tecnológicas.

A análise dos resultados educacionais nos primeiros anos da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto revela um panorama de desafios e avanços. A abordagem tradicional, centrada na memorização e na avaliação por provas, resultou em uma aprendizagem focada na reprovação e no baixo rendimento de alguns alunos, com dificuldades para integrar os conhecimentos de forma crítica e reflexiva. O método expositivo, por mais que cumprisse o objetivo de transmitir conteúdo, não estimulava uma aprendizagem significativa nem promovia a autonomia dos estudantes.

Ao longo das duas primeiras décadas, as transformações nas metodologias de ensino começaram a mostrar seus efeitos. O uso gradual de novas tecnologias, por exemplo, teve um impacto positivo na motivação dos alunos, mas ainda com limitações no acesso e na infraestrutura. As tentativas de adotar uma abordagem mais interativa e voltada para o aluno geraram uma mudança na dinâmica da sala de aula, embora de forma gradual e com resistência.

Em termos de impactos na comunidade escolar, a escola foi, aos poucos, conquistando maior envolvimento da família e da comunidade nas atividades escolares. No entanto, a gestão da participação era incipiente, e a verdadeira colaboração entre pais, alunos e educadores demorou a se consolidar. O impacto social da escola na comunidade foi significativo, principalmente no que diz respeito à inclusão educacional de jovens e adultos que, até então, estavam fora do sistema educacional. No entanto, a falta de recursos adequados e a escassez de materiais pedagógicos comprometeram o alcance pleno desses avanços.

A análise dos resultados educacionais da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto durante os primeiros anos mostra que, apesar da estrutura curricular e das metodologias ainda se basearem no modelo tradicional, houve avanços significativos ao longo do tempo. Os métodos de ensino tradicionais, centrados na memorização e na avaliação formal, resultaram em um desempenho acadêmico que, em muitos casos, não atendia às necessidades reais dos alunos, especialmente no que tange ao desenvolvimento de habilidades críticas e criativas. A abordagem unidirecional e centrada no conteúdo não favorecia a autonomia dos alunos e limitava a formação integral proposta pela LDB (1996).

Nos primeiros anos, a escola não conseguiu alcançar uma grande participação da comunidade escolar, e o envolvimento dos pais ainda era limitado. No entanto, com o início das mudanças nas práticas pedagógicas, especialmente com a introdução de novos recursos tecnológicos e metodologias mais participativas, começaram a ser observados sinais de um maior envolvimento dos alunos e das famílias. A educação, antes muito formal e distante das realidades locais, passou a se abrir mais para a inclusão de temas transversais e a valorização de saberes e práticas culturais regionais. Esse processo se alinha com as orientações da Política Nacional de Educação para a Diversidade (Decreto nº 6.571/2008), que defendia a inclusão e a valorização das culturas locais no currículo escolar.

Apesar das dificuldades estruturais e de recursos, a escola teve um impacto importante na comunidade, promovendo um espaço de inclusão educacional e social, especialmente para jovens e adultos que estavam fora do sistema educacional formal. A LDB (1996) estabelece a educação como um direito fundamental, e a escola, mesmo com limitações, trabalhou para garantir esse direito para um número crescente de alunos, refletindo a democratização do acesso à educação. No entanto, os resultados educacionais ainda eram limitados pela falta de investimentos em formação continuada para os professores e na infraestrutura da escola, que, muitas vezes, não acompanhava as novas demandas pedagógicas e tecnológicas.

Por fim, a evolução da escola nas duas primeiras décadas, de acordo com Darder (2002), reflete o desafio da educação pública brasileira em adaptar-se às necessidades de um mundo em constante transformação, com um processo gradual de renovação que se deu a partir das mudanças legislativas e das novas demandas educacionais. A implementação das reformas ainda era incipiente, mas começou a dar frutos, com a melhoria do ambiente escolar e a ampliação do acesso e da participação dos alunos e das famílias.

No geral, os resultados educacionais e os impactos na comunidade escolar mostraram que a escola, embora cumprindo sua função básica de ensino, ainda enfrentava desafios relacionados à qualidade pedagógica e à integração de novas metodologias. As mudanças

ocorridas ao longo do tempo foram positivas, mas a plena transformação só se consolidaria nas décadas seguintes.

A Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, ao longo de suas duas primeiras décadas (1990-2010), adotou uma estrutura pedagógica marcada por diversas transformações. Inicialmente, sua proposta curricular estava muito voltada à transmissão de conteúdos tradicionais, com uma forte ênfase no ensino de disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e História, seguindo as diretrizes curriculares estabelecidas pelo sistema educacional. Contudo, ao longo dos anos, a escola passou a adotar uma abordagem mais interativa e participativa, alinhada aos princípios da pedagogia crítica e da educação libertadora, principalmente a partir das influências de Paulo Freire.

Segundo Freire (1996), a educação deve ser vista como um processo de construção coletiva de conhecimento, em que o professor não é apenas um transmissor de conteúdos, mas um facilitador da aprendizagem, mediando as experiências dos alunos com o mundo. O educando, por sua vez, deve ser protagonista desse processo, tornando-se sujeito ativo no desenvolvimento de sua própria formação. Esta visão se alinha com o que ocorreu na Escola Frederico José Pedreira Neto ao longo do tempo, à medida que as metodologias de ensino começaram a dar maior valor ao protagonismo dos estudantes e à integração de práticas pedagógicas mais participativas.

A evolução metodológica da escola nas primeiras duas décadas também reflete uma mudança em direção à interatividade e à abordagem interdisciplinar, características que emergiram nas reformas educacionais dos anos 1990 e 2000. Inicialmente, o ensino era centrado na transmissão de conteúdos, com pouca interação entre os saberes escolares e as realidades vividas pelos alunos. Contudo, aos poucos, essa abordagem começou a ser questionada, seguindo o que preconiza José Carlos Libâneo (2013), que sugere que a escola deve valorizar a diversidade de saberes e o conhecimento das comunidades, dando voz aos sujeitos e suas experiências.

"A educação escolar deve buscar compreender a diversidade e as experiências históricas das comunidades, valorizando as múltiplas vozes dos sujeitos envolvidos no processo" (Libâneo, 2013, p. 36).

Essa mudança metodológica também passou a se refletir na formação de competências proposta por Michel Perrenoud (2000), que, ao falar sobre práticas pedagógicas inovadoras, enfatiza a importância de um ensino que envolva os alunos ativamente no processo de construção do conhecimento, permitindo que eles apliquem o que aprendem na prática. "A

formação de competências implica um movimento constante entre o saber e o fazer, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento e a experiência" (Perrenoud, 2000, p. 15).

Essa visão de uma educação que privilegia a ação e a reflexão também se conecta com os métodos de ensino adotados na escola nos anos seguintes. As metodologias foram progressivamente incorporando práticas mais interativas e colaborativas, alinhadas com os princípios da pedagogia dialógica de Paulo Freire, que busca uma educação que respeite as experiências dos alunos e os inclua como sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

Além disso, a introdução de novas tecnologias e estratégias pedagógicas inovadoras contribuíram para a reconfiguração do currículo escolar, permitindo que a escola se adequasse às novas demandas educacionais e sociais. No entanto, mesmo com essas mudanças, ainda persistiam desafios relacionados à qualidade do ensino e à efetividade dos métodos pedagógicos adotados. A avaliação da eficácia dessas transformações foi essencial para a compreensão dos impactos educacionais na comunidade escolar.

Como Ronald Fraser (2004) observa, a história educacional também deve considerar as vozes daqueles que são muitas vezes ignorados nas narrativas dominantes. A escola, ao dar maior espaço para os relatos e experiências dos alunos e da comunidade, promoveu uma história compartilhada e uma memória coletiva que se entrelaçam com a experiência vivida no espaço escolar. "A história oral é uma ferramenta vital para dar voz aos que não são ouvidos nas narrativas tradicionais da história" (Fraser, 2004, p. 29).

O impacto dessas transformações educacionais na comunidade escolar foi significativo. A mudança na abordagem pedagógica trouxe não apenas uma renovação nos métodos de ensino, mas também resultou em um maior envolvimento da comunidade escolar na construção de soluções para os problemas educacionais, refletindo uma educação participativa e democrática, tal como preconizado por Paulo Freire. A história da escola, então, passa a ser contada a partir das memórias e experiências dos indivíduos que vivenciaram esse processo, o que permite uma compreensão mais profunda dos desafios e das vitórias alcançadas ao longo do tempo.

6. CONSIDERAÇÕES

Este trabalho buscou recontar a história da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, situada em Palmas, Tocantins, com base em narrativas de sujeitos que participaram de sua constituição e vivência institucional, entre os anos de 1990 e 2010. A partir da metodologia da História Oral, o estudo permitiu acessar memórias plurais e subjetivas, que contribuíram significativamente para a construção de uma narrativa histórica crítica, situada e humanizada sobre a educação pública no contexto da nova capital tocantinense.

Ao longo do percurso investigativo, foi possível constatar que a criação da escola esteve diretamente vinculada ao processo de fundação do Estado do Tocantins e da cidade de Palmas. Como evidenciado nos capítulos iniciais, a estruturação da rede estadual de ensino esteve entre as principais demandas sociais após a promulgação da Constituição de 1988 e a consolidação do novo ente federativo. Nesse cenário, a escola tornou-se não apenas um espaço de ensino, mas um dos pilares fundamentais para a organização da vida comunitária e afirmação de direitos sociais.

Os relatos colhidos junto a professores, gestores e ex-alunos permitiram a construção de um mosaico de memórias que ilumina os sentidos atribuídos à escola enquanto espaço de pertencimento, resistência e transformação. Os discursos dos participantes demonstram como, mesmo diante de adversidades estruturais — como carência de infraestrutura, instabilidade política e ausência de recursos pedagógicos —, a escola constituiu-se como um território simbólico de afetos, lutas e conquistas coletivas.

A análise das práticas educativas desenvolvidas ao longo das décadas de 1990 e 2000 evidenciou uma tensão constante entre modelos pedagógicos centrados na reprodução de conteúdos e propostas mais participativas e democráticas, muitas vezes impulsionadas pelo engajamento de educadores comprometidos com a construção de uma escola dialógica, inclusiva e crítica. Essa tensão reflete o próprio processo de construção das políticas públicas educacionais no Tocantins, influenciado por diretrizes nacionais, mas mediado pelas especificidades locais.

Do ponto de vista metodológico, a adoção da História Oral revelou-se uma escolha fecunda para a investigação, pois permitiu a escuta atenta de experiências silenciadas pelas fontes oficiais. A memória, enquanto categoria analítica, possibilitou não apenas reconstruir eventos passados, mas também compreender como os sujeitos interpretam e atribuem sentido às suas trajetórias escolares. Como discutido à luz de autores como Le Goff, Portelli e Matos,

a memória é seletiva, dinâmica e atravessada por afetos, tornando-se elemento central na produção de conhecimento histórico situado.

A dissertação também lança luz sobre a importância da memória institucional como ferramenta de fortalecimento das identidades escolares e como recurso formativo para as novas gerações de educadores. O resgate de histórias e experiências de docentes, discentes e gestores contribui para a valorização do saber pedagógico experiencial, ampliando as possibilidades de formação continuada e reflexão crítica sobre o fazer educativo.

É importante reconhecer que esta pesquisa possui limitações. O recorte temporal, embora significativo, não abrange a totalidade da história da instituição, e a seleção de participantes, apesar de representativa, não esgota a multiplicidade de vozes possíveis. Além disso, questões relacionadas às políticas de gestão e aos impactos mais recentes da educação tocaninense ficaram fora do escopo desta investigação, podendo ser exploradas em estudos futuros.

Ainda assim, a pesquisa apresenta contribuições relevantes para o campo da História da Educação, especialmente no que tange à valorização de memórias escolares em contextos periféricos e historicamente invisibilizados, como o da região norte do Brasil. Ao reconstituir parte da trajetória da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, reafirma-se o compromisso com uma história da educação que seja feita com os sujeitos e não apenas sobre eles.

Nesse sentido, espera-se que este trabalho inspire outras investigações sobre a memória escolar, a cultura institucional e os processos formativos que atravessam o cotidiano das escolas públicas, especialmente em territórios marcados por desigualdades sociais, como é o caso do Tocantins. Recontar a história da escola é, também, reafirmar seu papel enquanto espaço de luta por uma educação pública, democrática e socialmente referenciada.

FONTES ORAIS

PEDREIRA, Jones Ronaldo do Espírito Santo. Entrevista concedida à F.S.R.S, Palmas – TO, fevereiro de 2015.

SOARES, Cleonira de França. Entrevista concedida à F.S.R.S, Palmas – TO, fevereiro de 2015.

PEREIRA, Jacira Guimarães. Entrevista concedida à F.S.R.S, Palmas – TO, fevereiro de 2015.

RODRIGUES, Gessi Ferreira. Entrevista concedida à F.S.R.S, Palmas – TO, fevereiro de 2015.

MELO, Altamari Pereira Bento. Entrevista concedida à F.S.R.S, Palmas – TO, março de 2015.

CARVALHO, Ricardo Ayres. Entrevista concedida à F.S.R.S, Palmas – TO, março de 2015.

A maioria das entrevistas foram realizadas por Faustino Saraiva dos Reis e Silva orientado por Dra Jocyléia Santana em sua monografia no ano de 2014, no curso de Pedagogia.

REFERÊNCIAS

ABBUD, Maria Luiza Macedo; IVASHITA, Simone Burioli. Fontes para pesquisa da História das Instituições Educativas escolares de Londrina (1936-2000). **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 2, p. 487-501, 2017.

ALMEIDA, F. A voz dos esquecidos: a importância da história oral. São Paulo: Editora Record, 2011.

ALMEIDA, R. L. **Políticas Educacionais no Tocantins: A Formação da Rede de Ensino**. Palmas: Editora do Estado, 2020.

BARROS, Aragoneide Martins. **Às margens do Tocantins: memórias de professores aposentados em Miracema – TO (1960-1990)**. 2020. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Educação, Palmas, 2020.

BARROS, A. M., SANTOS, J. S. Histórias da Educação do Brasil Central. **Revista Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan/jun 2024.

BAZOLLI, João Aparecido. Os efeitos dos vazios urbanos no custo de urbanização da cidade de Palmas-TO. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 7, n. 1, p. 103-123, 2009.

BESSA, Kelly; CORADO, Vaneça Ribeiro. A dinâmica recente do segmento de rede urbana no Tocantins: as implicações da construção de Palmas para Porto Nacional. **GeoTextos**, v. 7, n. 1, p. 31-57, 2011.

BRASIL, Diário Oficial da União **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília DF, 23dez. 1996.

CANÇADO, Anne Caroline Moura Guimarães; PIZZIO, Alex. Critérios de cidadania deliberativa: um estudo no conselho municipal de educação de Palmas–TO, Brasil. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 114-139, 2019.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

COCOZZA, Glauco de Paula *et al.* Palmas: por um sistema de espaços livres. **Paisagem e Ambiente**, n. 26, p. 73-88, 2009.

CORRÊA, Ivete Antunes; NUNES, Suzana Gilioli da Costa; DIAS-TRINDADE, Sara. A digital proficiency level analysis of high school teachers from state public schools in Palmas - TO. **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 1, p. 1-22, jan.-mar. 2020.

CORRÊA, I. A.; NUNES, S. G. C. Escola Frederico Pedreira Em Palmas-To: Uma Análise Do Perfil Sociodemográfico E Ocupacional Com As Competências Digitais Docentes. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.18, 2020.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 28, p. 545-554, 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, Nádia Flausino Vieira. História da educação na Amazônia Tocantina: o Colégio Batista de Tocantínia. **Revista Mnemosine**, v. 15, n. 1, p. 30-43, 2024.

BRITO, Eliseu Pereira de. Construir Palmas? Uma análise da construção da capital do Tocantins. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 4, p. 74-90, 2010.

CARVALHO, E.; COSTA, L. Memória coletiva e história oral: metodologias aplicadas à análise das transformações educacionais em Palmas-TO. **Revista de História da Educação**, v. 102, p. 95–110, 2023.

COSTA, M.; ALMEIDA, R. Estudos sobre memória coletiva e história oral: abordagens metodológicas e aplicações. **Revista História & Ensino**, v. 9, n. 1, p. 78-91, 2008.

FARIAS, Eliane de Souza. **A Cultura Escolar nas Escolas Públicas: um estudo sobre os processos de socialização e identidade na cidade de Palmas-TO**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

FEITOSA, Cid Olival. **Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins**: elementos de uma economia em formação. 2011. 201 f. Tese – (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas-SP, 2011.

FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 63-92, abr. 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 33- 92.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JELIN, E. **Memória e História: O Sentido da História Oral**. Buenos Aires: Editora Sur, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão [et al.] – 5 ed. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. Ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Paulo Henrique. **História da Educação no Tocantins: Análise e Reflexões**. Palmas: Editora Tocantins, 2022.

LIMA, Paulo Henrique. *A memória da escola no Tocantins: abordagens da história oral em contextos educacionais*. **Revista de História Oral e Educação**, v. 10, n. 2, p. 55-70, 2023.

LIMA, Tânia; ALMEIDA, Fernanda. A estrutura pedagógica das escolas estaduais de Palmas-TO na década de 1990: novas práticas e metodologias de ensino. **Revista de Educação e Sociedade**, v. 67, p. 55–72, 2020.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO, Luciana. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. *Educação & Realidade*, v. 40, n. 2, p. 461–478, abr./jun. 2015.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História Oral como Fonte: problemas e métodos**. História. Rio Grande. 2011. Documento impresso, 12 p.

MEDEIROS, C. **História oral: resgatando memórias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MENIN, Maria Suzana De Stefano; TREVISOL, Maria Teresa C.; MARTINS, Raul Aragão; EQUIPE DE PESQUISADORES. **Educação em valores: em busca de projetos brasileiros em escolas públicas**. In: PBL 2010 Congresso Internacional, São Paulo, Brasil, 8-12 de fevereiro de 2010.

NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NÓVOA, Antônio. (2005) Por que a história da educação? In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Francisco; SANTOS, Roberto. Políticas públicas de educação e legislação vigente no período. **Revista Educação & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 89–102, 1996.

OLIVEIRA, Patrícia; FERREIRA, Rafael. Políticas públicas de educação e as reformas dos anos 1990: a LDB e seus impactos nas escolas estaduais de Palmas-TO. **Revista Brasileira de Educação**, v. 83, p. 79–95, 2022.

OLIVEIRA, José Manoel Miranda de. **Estratégias separatistas e ordenamento territorial: a criação de Palmas na consolidação do estado do Tocantins**. 2012. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PAINKOW, Aurielly. **A Narrativa Autonomista do Norte Goiano no Jornal Ecos do Tocantins 1951–1961**. São Paulo: AYA Editora, 2024.

PORTELLI, A. **A História Oral e a Recuperação das Memórias**. São Paulo: Editora da Universidade, 2011.

RIBEIRO, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante. **Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás (1821-1988)**. Curitiba: CRV, 2024.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento**. Brasília: Liber Livro, 2009.

SANTOS, João Paulo. A história da educação no Tocantins: uma análise da implementação da educação básica no estado. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 4, p. 220–240, 2021.

SANTOS, R., FURTADO, A. C. (Orgs). **História da educação, memória e sociedade**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Maria Abádia da. **Política para a educação pública: a intervenção das instituições financeiras internacionais e o consentimento nacional**. 330f. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, SP, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOUZA, Neila Nunes. (Org). **O Banco Mundial na educação do Tocantins**. Palmas, TO: EDUFT, 2020.

SANTOS, Maria. A construção da identidade escolar: práticas e saberes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Maria. Cultura escolar e transformações sociais: uma análise sociológica. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2010.

SANTOS, Viviane; ROCHA, Daniela. Impacto das memórias dos agentes escolares nas transformações institucionais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 3, p. 155–167, 2010.

SILVA, Ana. A história da educação no Tocantins: desafios e perspectivas. **Revista do Centro de Estudos de Educação**, v. 22, n. 2, 2019.

SILVA, José; SANTOS, Mariana. A década de 1990 no Brasil e o processo de descentralização da educação: a criação das escolas estaduais em Palmas-TO. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 45, p. 45–60, 2021.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TULISKI, P. **Educação e desenvolvimento no Tocantins: uma análise histórica**. Editora da Universidade do Estado Goiás, 2012.

VELASQUES, Ana Beatriz Araujo. 2010. **A concepção de Palmas (1989) e sua condição moderna**. 245f. Tese (Doutorado em Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Interaction between learning and development. In: COLE, Michael et al. (Org.). **Mind in society: the development of higher psychological functions**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

APÊNDICES

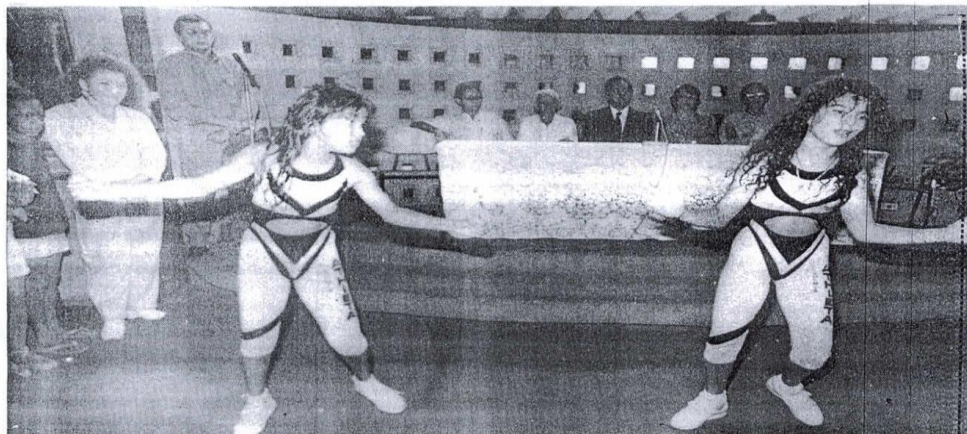
Apêndice A – Roteiro de Entrevistas com os Sujeitos da Pesquisa

ANEXOS

Anexo A – Documentos Institucionais da Escola (1992-2010)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO TOCANTINS Diário Oficial CONSTRUINDO JUNTOS	
ANO III PALMAS-TO, SEXTA-FEIRA, 01 DE NOVEMBRO DE 1991 N° 100	
ATOS DO PODER EXECUTIVO	
LEIS	
LEI Nº 309 /91, de 30 de outubro de 1991. Cria, autoriza o funcionamento, denomina Escola Pública Estadual e dá outras providências. A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, aprova e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica criada e autorizada a funcionar a Escola da Quadra 23, nesta Capital, com a denominação de Escola Estadual "Frederico José Pedreira Neto". Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO ARAGUAIA, em Palmas/TO, aos 30 dias do mês de outubro de 1991, 170ª da Independência, 103ª da República e 3º Ano do Estado do Tocantins. <i>Moisés Nogueira Avelino</i> Governador	Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO ARAGUAIA, em Palmas/TO, aos 30 dias do mês de outubro de 1991, 170ª da Independência, 103ª da República e 3º Ano do Estado do Tocantins. <i>Moisés Nogueira Avelino</i> Governador
LEI Nº 310 /91, de 30 de outubro de 1991. Autoriza o Governador do Estado do Tocantins a doar à União Federal, para uso do Ministério da Educação e Cultura, no município de Palmas, os imóveis que menciona: A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, aprova e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o Governador do Estado do Tocantins autorizado a doar, mediante escritura pública, à União Federal, para uso do Ministério da Educação e Cultura, os imóveis matriculados no Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas da Comarca de Palmas, neste Estado sob nº 24, referente ao lote nº 01 (um), da ASES 34, com área de 21.409,862 m²; matrícula nº 1780, referente ao lote nº 02 (dois), da ASES 33, com área de 83.498,29 m². Parágrafo Único - Os imóveis de que trata o caput deste artigo, situados em Palmas, capital, são destinados, na forma do Plano Diretor, à ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO TOCANTINS.	LEI Nº 312 /91, de 30 de outubro de 1991. Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Comunidade de Plum-ANOP. A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS, aprova e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Comunidade de Plum - ANOP. Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO ARAGUAIA, em Palmas/TO, aos 30 dias do mês de outubro de 1991, 170ª da Independência, 103ª da República e 3º Ano do Estado do Tocantins. <i>Moisés Nogueira Avelino</i> Governador

Fonte: acervo E. Estadual Frederico Pedreira.



Alunos promovem números de dança para a solenidade de inauguração dos colégios estaduais

Estado entrega mais duas escolas e abre mil vagas

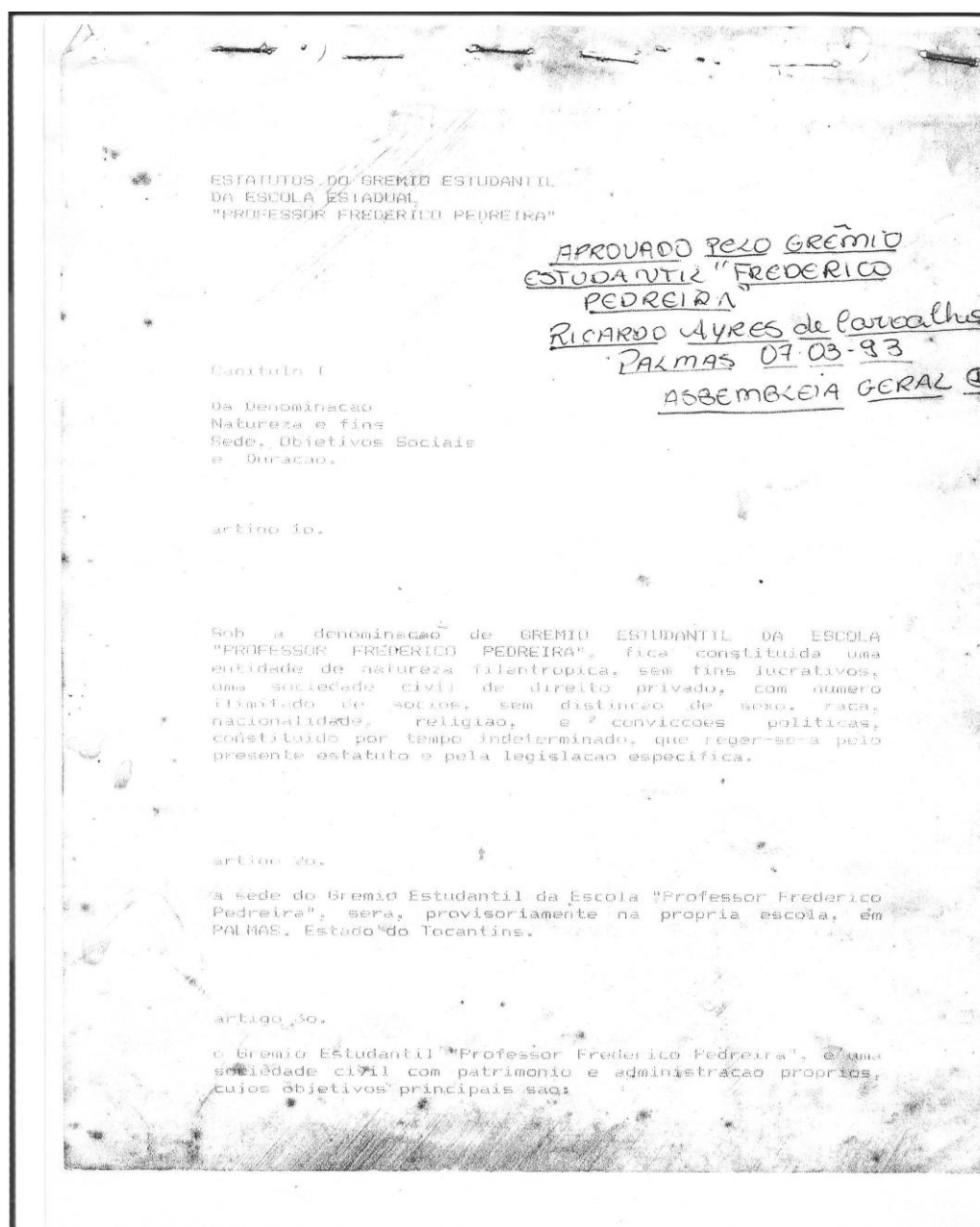
O governador Moisés Avelino inaugurou, na manhã de ontem, mais duas unidades escolares em Palmas. O primeiro foi o colégio Frederico Pedreira, na quadra ARSE 12, com oito salas de aula, que atenderá cerca de 700 alunos de 2ª a 8ª séries, nos três turnos. O segundo, colégio Dom Alano Marie, fica na quadra ARSE 23 e, com quatro salas de aula, abrigará aproximadamente 300 crianças, de 1ª e 2ª séries. O antigo colégio estadual, provisório em madeirite, agora ficará apenas com os alunos do segundo grau. As duas escolas já estavam funcionando há mais de duas semanas.

A solenidade de inauguração do primeiro colégio contou com a presença do homenageado, professor Frederico Pedreira, de 81 anos.

primeiro habitante de Taquarussu do Porto (distrito de Palmas), atualmente aposentado. Com mais de 50 anos de sua vida dedicados à profissão de educador, Frederico Pedreira estava emocionado. "Essa é a homenagem mais significativa da minha vida", afirmou, em seu pronunciamento. Cerca de 200 pessoas participaram das solenidades, que contaram com apresentação de números por alunos dos dois colégios.

Após as inaugurações, o governador Moisés Avelino falou de sua viagem a Brasília, no final da semana passada. Ele disse que manteve contatos com membros da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, pedindo apoio para a aprovação das

emendas apresentadas pelos parlamentares tocantinenses para o Orçamento da União de 1992. "Estamos otimistas", resumiu. Avelino disse, também, que encaminhou ofício ao Superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, para abrir inquérito policial sobre a "máfia do comodato", grupo de pessoas, segundo o governador, liderados por uma imobiliária da capital, que estaria cometendo ilegalidades na cessão de lotes em regime de comodato. O governador ainda não obteve resposta. "Estamos esperando que eles se manifestem para cumprirmos o prometido e entregar a vocês (jornalistas), a fita com as gravações feitas pela Polícia Federal em Palmas", assegurou Moisés Avelino.



Documento de aprovação de funcionamento do Grêmio Estudantil do Colégio Frerderico Pedreira, no dia 07 de março de 1993, tendo como Presidente Ricardo Ayres de Carvalho.

